

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FEUSP)**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE INTELIGÊNCIA
NOS ESCRITOS INICIAIS DE FREUD**

SÃO PAULO, 2010

MARIA MARGARETH GONÇALVES

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE INTELIGÊNCIA
NOS ESCRITOS INICIAIS DE FREUD**

**Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo
para obtenção título de Mestre em
Educação.**

**Área de Concentração: Psicologia e
Educação.**

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Voltolini

SÃO PAULO, 2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

155.5
G635c Gonçalves, Maria Margareth
 Considerações sobre a noção de inteligência nos escritos iniciais de
 Freud / Maria Margareth Gonçalves; orientação Rinaldo Voltolini. São
 Paulo: s.n., 2010.
 61 p.il

 Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação.
 Área de Concentração: Psicologia e Educação) - - Faculdade de Educação
 da Universidade de São Paulo.

 1. Sigmund Freud 2. Pensamento 3. Inteligência 4. Psicanálise I.
 Voltolini, Rinaldo, orient.

Nome: GONÇALVES, Maria Margareth

Título: Considerações sobre a noção de inteligência nos escritos iniciais de Freud

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo
para obtenção título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Psicologia e
Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Voltolini

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

Prof. Dr.
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

Prof. Dr.
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

AGRADECIMENTOS

- Este trabalho tem a marca intelectual do meu orientador - Professor Dr. Rinaldo Voltolini – para mim, uma pessoa que sustenta o seu “desejo de saber”. A ele o meu sincero agradecimento e reconhecimento.

- à minha mãe, Maria José Gonçalves, pelo carinho materno presente em minha existência.

- à minha irmã Maria Elizabeth Carnielle e meu cunhado José Hilário Carnielle, pela presença afetiva e participação nos diversos momentos deste trabalho.

- à amiga Profa. Dra. Marilete Geralda da Silva, pelo apoio sincero e pelas preciosas sugestões no decorrer desta pesquisa.

- às amigas Fabiana e Patrícia por suas presenças alegres e acolhedoras, que me motivaram a continuar estes estudos.

- aos Professores Dr. Claudemir Belintane e Dra. Maria Cecília Cortez Christiano de Souza pelas valiosas orientações no momento da qualificação deste trabalho, que certamente me ajudaram a refletir melhor sobre este tema.

- para que este trabalho fosse concluído, contei no último ano com o indispensável apoio financeiro – Bolsa de Estudos da CAPES, cujo agradecimento aqui deixo registrado.

“O pensamento, afinal, não passa do substituto de um desejo alucinatório [...]”. (FREUD.1900a).

“Pensar é desejar.” (VOLTOLINI, 2006).

“Pensar é subordinar o princípio de prazer ao princípio de realidade: daí ser penoso pensar.” (ANZIEU, 2002).

RESUMO

GONÇALVES, Maria Margareth. **Considerações sobre a noção de inteligência nos escritos iniciais de Freud**. 2010. 61f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O presente trabalho tem como objetivo estudar a origem do desenvolvimento da função intelectual de acordo com as formulações elaboradas por Freud em suas primeiras obras. Para alcançarmos esse objetivo, empregamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e o arcabouço teórico redigido por Freud. Embora Freud não tenha escrito um texto específico sobre o tema, foi se referindo ao “pensamento” que ele abordou as questões relativas às funções intelectuais e à aquisição do conhecimento. Ao se ocupar dos “processos de pensamento”, ele procurou entender como o sujeito pensa e como se organizam as estruturas que permitem essa função. Por essa via, Freud recuperou o lugar daquelas funções conhecidas como “processos intelectuais superiores”, que incluem a reflexão, a inferência, a recordação, a associação, a percepção, bem como a capacidade da atenção. Ao estender a noção de “processos de pensamento” às mais diversas formas de expressões psíquicas – pensamento cognitivo, pensamento onírico, pensamento artístico –, Freud marcou a originalidade de sua concepção. Pois faz todas as formas de pensamento citadas, derivarem dos processos inconscientes. É nesse sentido que Freud teoriza a existência de um processo primário que dá lugar ao processo secundário e a possibilidade desse último considerar a realidade externa. Mas, se por um lado, o pensamento cognitivo decorre da inibição dos processos primários, por outro lado, isso não significa que ele tenha renunciado ao “princípio do prazer”, sem desejo não é possível conhecimento. Assim, essa pesquisa aponta para a consideração fundamental dos “desejos originários” como a força propulsora dos processos de pensamento.

Palavras-Chave: Freud, pensamento, inteligência, psicanálise.

ABSTRACT

GONÇALVES, Maria Margareth. **Considerations over intelligence notion in Freud's initial writings**. 2010. 61f. Dissertation (Master in Education) – School of Education, São Paulo University, São Paulo, 2010.

The purpose of the current paper is study the origin and development of intellectual function according to formulations by Freud in his first works. To reach this goal, a bibliographical research was used and also Freud's theoretical framework. Even though Freud did not write a specific text over this issue, it was referring to the "thought" that he approached issues concerning intellectual functions and knowledge acquisition. When dealing with "Thinking process", he tried to understand how a subject thinks and how the structures are organized to enable this function. This way, Freud recovered the place of those functions known as "superior intellectual processes" which include the reflection, inference, remembrance, association, perception, as well as attention ability. When broadening the "thinking process" to different psychic expressions – cognitive thinking, oniric thinking, artistic thinking – Freud set the originality of his conception because he makes all of way of thinking to derive from unconscious processes. It is this way that Freud theorizes over the existence of a primary process that gives place to a secondary process and the possibility of the latter to consider the outer world. However, if on one side, the cognitive thinking comes from inhibition of primary processes, on the other side, that does not mean that he has abdicated the "pleasure principle", without desire it is not possible to have knowledge. Therefore, this research aims the fundamental consideration of "originating desires" as the drive of thinking processes.

Keywords: Freud, thought, intelligence, psychoanalysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração I – Esquema psicológico da representação da palavra	20
Ilustração II – Quadro esquemático do funcionamento do aparelho psíquico	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I AFETIVIDADE E COGNIÇÃO: QUAL O LUGAR RESERVADO À DIMENSÃO INCONSCIENTE?	12
1.1 A noção de Representação no texto “A Interpretação das Afasias”	15
1.2 O Afeto e a Representação na teoria da histeria	23
CAPÍTULO II “PROJETO PARA UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA” (1895)	39
2.1 Principais conceitos do “Projeto” sobre o funcionamento psíquico	39
2.2 A vivência de satisfação e a formação do “Eu”	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce com o objetivo de pesquisar a origem e o desenvolvimento da função intelectual, bem como da aquisição do conhecimento para a teoria freudiana. Interessa-nos como as relações entre os processos intelectuais e o inconsciente podem ser pensadas no interior dessa concepção teórica.

Embora Freud não tenha escrito um texto específico sobre a inteligência e as funções cognitivas, não podemos dizer que ele tenha se furtado à discussão de como o sujeito adquire o conhecimento, uma vez que tal entendimento se encontra no cerne de sua teorização da constituição do psiquismo. Assim, podemos falar de uma “*teoria psicanalítica da inteligência*” ou uma “*teoria psicanalítica do conhecimento*” na obra freudiana? Supondo uma resposta afirmativa a tais questões, em que termos podemos formular essa teorização?

Apesar da relevância de uma pesquisa sobre a evolução histórica dos conceitos de inteligência, considerando os diversos momentos em que se tornou objeto de estudo, esse objetivo ultrapassa o escopo desse trabalho. Nossa proposta consiste em buscar tal conceituação no interior do próprio pensamento freudiano. Entretanto, cabe ressaltar que, diante da multiplicidade de noções de inteligência, resultado das produções das diversas áreas do saber, podemos evidenciar nessa discussão a presença constante da dicotomia afetividade e cognição. Essa dicotomia aparece tanto nas produções teóricas quanto nas práticas cotidianas. Emerge daí a possibilidade de se colocar em questão a apropriação que o discurso psicológico e psicopedagógico faz da teoria freudiana.

Sabemos que os termos “inteligência” e “cognição” são noções da psicologia e não conceitos psicanalíticos por excelência. Quando muito, Freud se refere, no texto do “Projeto para uma psicologia científica” (1895), à “cognição e pensamento reprodutivo”, ao “pensamento cognitivo ou judicativo”, ao “juízo” e a “processos de pensamento”. Contudo, foi se referindo ao “*pensamento*” que Freud abordou o tema das funções cognitivas e do conhecimento. Ao se ocupar dos “*processos de pensamento*”, ele procurou entender como o sujeito pensa e como as estruturas que permitem essa função são organizadas.

Partindo dessa constatação, da existência de diversas referências aos processos de pensamento e da aquisição do conhecimento no interior da teoria freudiana, nos propusemos a sistematizar tal discussão diluída ao longo de toda obra do autor. Portanto, a metodologia a ser utilizada para esse fim não poderia ser outra que não uma revisão bibliográfica minuciosa dos textos do autor relacionados ao tema em questão. Ao percorrer os diversos tempos da

teorização freudiana sobre o assunto, tínhamos em mente, a princípio, depreender a evolução do pensamento de Freud sobre o tema.

Mas, sabemos que a construção da teorização freudiana não se deu numa linearidade que permita uma reflexão tão direta e única. Tal construção foi feita de avanços, recuos, abandonos de algumas referências e retomadas de outras. Conseqüentemente, podemos vislumbrar momentos diversos dessa construção que apontam para teorizações distintas sobre a questão relativa à aquisição do conhecimento. Vimos-nos diante do risco eminente de, ao pretender percorrer todo o texto freudiano relacionado ao tema, perdermos em profundidade, apresentando uma descrição panorâmica não só do tema proposto para essa pesquisa como da obra em si. Optamos por um recorte do nosso objeto de pesquisa, partindo da concepção da existência de dois momentos distintos nessa discussão: um primeiro momento relacionado aos primeiros textos freudianos, em que a tônica é a constituição dos processos de pensamento, isto é, quando se concebe a idéia de um processo primário, dando lugar a um processo secundário; e um segundo momento da obra, em que Freud postula uma articulação entre a sexualidade e a aquisição do conhecimento.

Assim, essa pesquisa foi reorientada para a revisão dos primeiros textos freudianos, nos quais se começa a gestar a noção do psiquismo e a elaborar os primeiros conceitos que podem ser desdobrados na noção de inteligência naquele momento específico da obra. Podemos apresentar como razões dessa escolha, primeiramente, a constatação de que as idéias freudianas mais conhecidas e discutidas sobre a aquisição do conhecimento podem ser situadas a partir da noção de “*pulsão de saber*”, desenvolvida no texto “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” (1905d), permitindo daí a construção de diversas articulações entre a sexualidade e o conhecimento. Uma segunda razão para essa escolha deve-se a uma aposta na importância dos textos freudianos iniciais para tal discussão, bem como o que eles trazem de base para o entendimento de sua teorização posterior.

No primeiro capítulo, procuramos ressaltar, de forma introdutória, o tema da dicotomia afetividade e cognição presente no discurso psicológico e psicopedagógico. Esses discursos acabam localizando a psicanálise como uma “teoria da afetividade” em oposição a outras teorias que ocupariam, por excelência, o lugar de teorias psicológicas da inteligência. Assim, iniciamos nossa pesquisa na obra freudiana, localizando o sentido de “afeto” e “representação” tal como teorizados nos textos “A Interpretação das Afasias” e nos “Estudos sobre a Histeria”.

No segundo capítulo, nos propusemos a percorrer o texto “Projeto para uma Psicologia Científica” no qual Freud elabora um modelo hipotético de aparelho mental que visa explicar

o funcionamento psíquico. Embora esse modelo seja uma construção “fantástica”, irreal, ele permite a Freud desenvolver, por meios metafóricos, os conceitos fundamentais de sua teorização: a idéia de que nossos pensamentos, entre eles, o pensamento cognitivo, têm origem em processos primários, isto é, inconscientes.

CAPÍTULO I

AFETIVIDADE E COGNIÇÃO: QUAL O LUGAR RESERVADO À DIMENSÃO INCONSCIENTE?

Partindo do senso comum, a noção de “*inteligência*” faz referência à faculdade ou capacidade de aprender ou compreender algo. Mas seu significado não se esgota aí, abrangendo outros sentidos de acordo com as diversas disciplinas e as diferentes abordagens que se propõem a estudá-la. Assim, seja numa perspectiva filosófica, psicológica, sociológica, ou outra, o conceito sofrerá recortes e aproximações específicas de cada um desses campos de pesquisas. Podemos reconhecer que, mesmo dentro da psicologia, não deparamos com um conceito unívoco, o que acaba por favorecer entendimentos e contribuições diversas.

Embora não seja a proposta desse trabalho fazer um resgate histórico dos conceitos de inteligência nos diversos momentos em que ele se tornou objeto de estudo, cabe ressaltar a dicotomia quase sempre presente nessa discussão. Trata-se da oposição entre inteligência e afetividade e suas outras denominações: cognitivo e afetivo, razão e emoção, racionalidade e afetividade.

No “Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia” a palavra inteligência é descrita como o “conjunto de todas as funções que tem por objeto o conhecimento no sentido mais amplo da palavra (sensação, associação, memória, imaginação, entendimento, razão, consciência)”. A essa definição é acrescentado que a inteligência é uma das três classes dos fenômenos psíquicos, sendo as outras duas classes as dos fenômenos afetivos e as dos fenômenos ativos ou motores. Continuando no mesmo texto o autor ainda discute outros conceitos da inteligência entendida como “... conhecimento conceptual e racional” em oposição à “intuição e sensação”. E mais a frente cita a oposição entre o instinto e a inteligência, sendo essa última entendida como “atividade voluntária, adaptação deliberada dos meios aos fins” (LALANDE, 1996, p. 579). Apesar das diferenciações de sentidos que o termo pode tomar, aqui, algo se mantém como substrato comum, que é a oposição entre as funções intelectuais e a afetividade.

Sabemos que a dissociação do ser humano numa parte cognitiva e outra afetiva remonta à antiguidade filosófica e, embora designada de diversas formas e apresentando variações semânticas, se manteve presente ao longo dos tempos. Deparamos, assim, na atualidade, com a presença de um discurso psicológico e psicopedagógico que, ao interrogar

essa dissociação entre afetividade e cognição, acaba propondo uma integração entre essas partes. Em outros termos, esse discurso teoriza uma “compreensão global” do sujeito que visa superar a citada “divisão”. Nessa perspectiva, os problemas de aprendizagem são entendidos como resultando de uma alteração em uma dessas dimensões (a cognitiva ou a afetiva) ou na relação entre elas. O pressuposto é de que algo da ordem de uma “imaturidade cognitiva” ou da ordem da vivência de “situações traumáticas” esteja presente. Trata-se da conhecida concepção que localiza como causa dos problemas de aprendizagem, por exemplo, “uma disfunção da orientação espacial”, caracterizando uma imaturidade cognitiva; ou em outro exemplo, a existência de “problemas nas relações familiares”, que são entendidas como determinantes afetivos. Esse último caso é, em geral, traduzido como “o emocional estando interferindo no funcionamento cognitivo”. Seja de uma maneira ou de outra, a questão assim colocada leva a circunscrever as dificuldades escolares às “condições psicológicas individuais” e a limitar essas condições ao fator cognitivo ou “emocional”.

Nesse contexto, recorre-se, geralmente, às teorizações piagetianas para dar conta das questões relativas à cognição e reporta-se à psicologia ou à psicanálise para explicar e intervir nas ditas “questões afetivas”. Podemos mesmo dizer que a psicologia genética e a psicanálise se constituem nos paradigmas teóricos-práticos dominantes nas reflexões da atualidade sobre os problemas de aprendizagem. Tudo acontece “como se” essa associação de teorias fosse capaz de explicar o funcionamento da totalidade do sujeito. Convém ressaltar que não queremos aqui discutir as possibilidades ou impossibilidades dessa articulação teórica e nem tampouco colocar em questão a pertinência epistemológica desse empreendimento. Queremos sim, destacar a presença da citada dicotomia afetividade/ cognição implicada nesta tentativa de integração.

Esclarecendo nossa afirmação, podemos dizer que tal perspectiva mantém a lógica da existência de “duas partes” distintas e opostas, que parecem esgotar toda extensão. Ao considerar que uma dessas dimensões, a “afetiva”, pode interferir sobre a função cognitiva, levando a uma “disfunção”, propõe-se identificar em termos afetivos o que se encontra em desarmonia, visando sua eliminação. Assim, essa concepção não leva em conta que as complexidades dos problemas de aprendizagem ultrapassam a dicotomia afetividade/cognição, uma vez que se mantém nesse duplo registro.

Mais ainda, às dificuldades “afetivas” ou “emocionais” às quais o discurso hegemônico se refere, e recorre à psicanálise como referencial teórico com o qual respaldar sua intervenção, não correspondem à proposta freudiana. A psicanálise teoriza e se propõe a intervir sobre as representações inconscientes que sofreram a ação do recalque e retornam sob

a forma de sintomas, sonhos e atos falhos. Não se trata de intervir sobre afetos e emoções, uma vez que esses não são entendidos pela psicanálise como a “causa” dos sintomas, mas apenas seu efeito. Em outros termos, são as representações recalçadas que se tornam inconscientes e não os afetos e as emoções. No artigo “Afetividade e Cognição: uma dicotomia em discussão”, Kupfer ressalta que “...as emoções são a dimensão fenomênica, aparente, do que está em transcurso em outra dimensão, mais propriamente a dimensão inconsciente”¹ (KUPFER, 2003, p. 36). Se recorrermos ao exemplo citado acima, que faz uma tradução direta entre “problemas familiares” afetando a cognição, deparamos com a desconsideração da dimensão inconsciente do sujeito, pois toma algo da ordem consciente ou “afetiva”, as relações familiares, como causa. Vê-se, assim, a diluição do que constitui o objeto da psicanálise, o inconsciente.

Se por um lado, temos uma teoria que concebe que afetos e emoções podem “causar” os problemas de aprendizagem, por outro lado, a psicanálise parte de princípios bem diversos desse. Propõe intervir sobre as representações inconscientes e concebe as emoções e os afetos como algo da ordem da consciência.

Sem dúvida, nos vemos diante da interrogação não apenas da pertinência dessa articulação teórica, mas também, e fundamentalmente, do lugar em que a teoria psicanalítica é colocada quando passa a ser considerada como uma “teoria dos afetos e da emoção” em oposição às teorias psicológicas da inteligência. Assim, deparamos de imediato com dois equívocos, um primeiro, ao situar a psicanálise como símbolo do afetivo; e um segundo, ao pressupor que ela nada teria a falar sobre o cognitivo, cabendo essa função apenas às conhecidas teorias da inteligência.

Dada a extensão com que o discurso “psi” recorre à psicanálise como referencial teórico para abordar a afetividade, podemos entender que essa foi a forma como o senso comum “preferiu reter” a noção do inconsciente freudiano, assim como ressaltou Voltolini ao se referir a uma “razão de conveniência” presente no cogitar humano (VOLTOLINI, 2006, p. 40). Partindo da concepção oposta à do senso comum, ou seja, da não correlação entre o que é da ordem das representações inconsciente para a psicanálise e o que é da ordem da afetividade para as diversas teorias psicológicas, que iniciamos essa pesquisa localizando as noções de *representação* e *afeto* na teoria freudiana. Além de serem conceitos que permitem fundamentar a discussão aqui iniciada, também apoiam a nossa pesquisa propriamente dita sobre a inteligência, pois se trata de conceitos que estão na base da teoria freudiana para

¹ Grifo nosso.

entendermos os processos de pensamento. Dessa perspectiva, comecemos pela questão: afinal, o que Freud denomina “afeto” e “representações inconscientes”?

1.1 A noção de Representação no texto “A Interpretação das Afasias”

A noção de representação se faz presente desde as primeiras obras freudianas, podendo ser localizada no texto de 1891 “A Interpretação das Afasias”. Trata-se de uma obra neurológica na qual Freud se propõe a discutir os mecanismos determinantes das afasias¹ tal como entendidos pela neurologia de sua época. Nesse texto, o autor acaba por refutar os princípios teóricos de então, conhecidos como “teoria das localizações cerebrais”. De acordo com essa teoria, os distúrbios de linguagem observados na clínica são resultantes de lesões cerebrais específicas, que podem ser localizadas ou no centro motor da linguagem (área de Broca) ou no centro sensorial (área de Wernicke), apresentando como consequência uma *afasia motora* ou uma *afasia sensorial*, respectivamente. Além dessas, a teoria das localizações descreve outra forma de afasia, a *afasia de condução*, que resulta da lesão das “vias de associação” que liga os dois centros. Assim, em termos gerais, a teoria das localizações propõe um fundamento anatômico como base para a compreensão das perturbações da linguagem, que se resumem ou na destruição dos centros ou das vias de associação. Essa teoria também parte da compreensão de que os centros da linguagem se localizam na área cortical, enquanto as vias de associação procedem das massas fibrosas subcorticais.

Ainda, para essa teoria, as impressões sensoriais do mundo externo são entendidas como excitações que percorrem o sistema nervoso da periferia ao córtex através das fibras nervosas. Nesse percurso, essas fibras se caracterizam como meros condutores, não interferindo no processo de condução e nem sofrendo alterações após a passagem da excitação. Uma vez no córtex, a excitação sensorial, entendida em termos fisiológicos, provocaria uma modificação nas células cerebrais, dando lugar a uma “*imagem mnésica*”² ou

¹ A afasia pode ser entendida num sentido lato, como um distúrbio da memória, e num sentido estrito, como uma perturbação da linguagem. Em termos gerais distinguem-se dois tipos de afasia: a *afasia sensorial* em que ocorre uma perda da compreensão da linguagem, mas a capacidade de usar da linguagem articulada é mantida; e a *afasia motora* em que ocorre a perda da capacidade de pronunciar as palavras, mas mantém a compreensão do que as pessoas dizem (GARCIA-ROZA, 1991, p.19).

² O termo “imagem mnésica” é uma denominação da neurofisiologia tomada de empréstimo por Freud, embora entendida por ele de forma diversa desta. Tal distinção será trabalhada adiante.

“*representação*”. As imagens mnésicas referentes aos movimentos da linguagem, isto é, à sua articulação, seriam armazenadas nas células do centro motor, e as imagens mnésicas sonoras seriam conservadas no centro sensorial. A associação da imagem sonora verbal à imagem motora verbal seria realizada pelas citadas vias de associação.

Freud faz uma crítica a essa abordagem anátomo-patológica dos distúrbios de linguagem, considerando que o funcionamento do “aparelho de linguagem” não se limita apenas à integridade anatômica dos centros (motor e sensorial) ou das vias de associação. O autor aponta a necessidade de se levar em conta a existência de um sistema de associações complexo que articula as diversas áreas corticais. Aqui, o que Freud está negando não é a referência a lugares anatômicos, mas a vinculação direta entre uma lesão nesses centros e a disfunção da linguagem sem considerar as citadas articulações corticais.

Além disso, Freud rejeita a hipótese da existência de uma afasia resultante da destruição das vias de conexão entre os centros. Ele considera que isso se trata de um “*sintoma funcional*”, entendendo por ele um “sinal de funcionalidade reduzida do aparelho associativo da linguagem” (FREUD, 1891, p. 9). Essa afasia se trata de uma menor eficiência das associações da linguagem relacionadas ao funcionamento global do aparelho e não de interrupções localizadas das vias associativas que ligam os diversos centros.

Ao introduzir sua hipótese funcional, Freud entrevê que a relação entre o sintoma da linguagem e lesão orgânica não se limita a uma relação mecânica de causa-efeito (da lesão ao sintoma), mas permite considerar a participação do aparelho como um todo no *processo* da linguagem. Para tal perturbação, Freud reserva a denominação de “*parafasia*”, em oposição à denominação de afasia de condução e lhe confere um sentido mais amplo, que se estende para além dos casos de lesão orgânica. Ilustraremos seu ponto de vista com a afirmação que dá início a seu escrito sobre as afasias:

A parafasia observada em alguns doentes não se distingue em nada daquela troca ou mutilação de palavras que quem é saudável pode encontrar em si próprio em caso de cansaço ou de atenção distraída ou sob a influência de estados afetivos que o perturbam [...] (FREUD, 1891, p.9).

Freud também recusa a compreensão de que as fibras nervosas sejam simples condutores que não interferem sobre as transmissões das excitações. Uma das consequências dessa interpretação do funcionamento do sistema nervoso, de acordo com a teoria localizacionista, é a compreensão da “*representação*” psíquica como uma “cópia da

impressão”, isto é, como uma imagem do que foi percebido sensorialmente. Nesses termos, podemos entender que a representação localizada no córtex corresponde diretamente aos estímulos do meio. Freud propõe a hipótese de que as fibras condutoras sofrem uma mudança de “*significação funcional*” no processo de condução da excitação até o córtex. Mediante essa mudança, a representação final não subsiste como uma cópia da impressão sensorial tal e qual, mas inclui a possibilidade de uma “tradução” da percepção exterior. O que é colocado em cheque, nesse momento, é a idéia da representação como um efeito direto da estimulação periférica, o que, em outros termos, pode ser entendido como o psicológico (a representação) resultando do fisiológico (a estimulação periférica). Em suas palavras,

[...] a cadeia dos processos fisiológicos no sistema nervoso não está em relação de causalidade com os processos psíquicos. Os processos fisiológicos não cessam mal se iniciam os processos psíquicos, pelo contrário, a cadeia fisiológica prossegue, só que, a partir de um certo momento, a cada seu elemento (ou a cada um dos elementos isoladamente) corresponde um fenômeno psíquico. O psíquico é assim um processo paralelo ao fisiológico (“*a dependent concomitant*”) (FREUD, 1891, p.30).

Assim, não existe uma relação de causalidade entre o físico e o psíquico, mas sim, um “paralelismo psicofísico”. A partir disso, Freud questiona qual seria o correlato fisiológico da representação e dá como resposta a idéia de que não pode ser algo que se apresenta em estado de repouso ou estático, mas algo da natureza de um *processo*. Não se trata de impressões sensoriais determinando representações, mas de *traços* que marcam o córtex (que são inscritos) e, quando novamente investidos, ressurgem como imagem mnêmica, ou seja, como *recordação*. Para Freud, esse processo admite localização, ou seja:

Parte de uma área particular do córtex encefálico e a partir daí difunde-se por todo o córtex ou ao longo de vias particulares. Uma vez passado, esse processo deixa no córtex encefálico que investiu uma modificação, a possibilidade da *recordação* [...] Mas de cada vez que é novamente excitado este estado do córtex, o psíquico apresenta-se de novo como *imagem mnésica*¹ (FREUD, 1891, p. 32).

¹ Grifo nosso.

Essa formulação teórica permite conceber a “*imagem mnésica*” não como a imagem do objeto das percepções, mas sim, como um sinal ou signo dele. Esses traços se inscrevem no psiquismo e necessitam ser investidos para serem recordados ou, em suas palavras, necessitam ser excitados.

Lembremos que, para a teoria das localizações, as representações se encontram armazenadas nas células dos centros, motor e sensorial, enquanto as associações entre tais representações se dão nos tecidos subcorticais. Contrariando essa teoria, Freud irá formular a hipótese de que “*a região cortical da linguagem [é] um articulado tecido cortical dentro do qual as associações e as transmissões em que se apóiam as funções de linguagem procederiam com uma complexidade não propriamente compreensível*” (FREUD, 1891, p. 37). Isso se trata, para Freud, de não separar o processo da representação do processo da associação, bem como de não localizá-los como ocorrendo em áreas distintas. A representação e a associação devem ser consideradas como dois aspectos de um mesmo processo, o primeiro não ocorre sem o segundo, e ambos se encontram no córtex cerebral. Decorre dessa compreensão que a distinção entre afasia motora (ou sensorial) e afasia de condução é descartada por Freud. Toda afasia pode ser pensada em termos de uma perturbação da associação entre as representações e, portanto, como um sintoma funcional.

Com esta rejeição de uma localização distinta no que se refere ao representar e ao associar representações, cai para nós um dos motivos principais para distinguir entre centros e vias de condução da linguagem. Dever-se-ão pressupor processos funcionais semelhantes em correspondência de cada área cortical que serve para a função de linguagem, e não temos qualquer necessidade de fazer apelo às massas fibrosas brancas para ser transmitida a associação das representações que se encontram no córtex (FREUD, 1891, p.32).

É com base nos princípios descritos até aqui que Freud pode falar num “*aparelho de linguagem*” e é justamente a partir dessa compreensão que ele se propõe a considerar as hipóteses necessárias para explicar as perturbações da linguagem.

Para a psicologia, a unidade da função de linguagem é a “palavra”, uma *complexa representação* que se apresenta *composta de elementos acústicos, visuais e cinestésicos*. Devemos à patologia o conhecimento desta composição: ela indica-nos de fato que no caso de lesões orgânicas do aparelho da linguagem se verifica uma *desmontagem do discurso segundo*

esta composição. Encontramo-nos assim preparados para considerar a queda de um destes elementos da representação da palavra como a marca essencial que nos permite deduzir a localização da lesão¹ (FREUD, 1891, p. 42).

Freud teoriza que a “*representação da palavra*” é uma representação complexa, na medida em que resulta da combinação de quatro elementos: a “*imagem acústica*”, a “*imagem visual de uma letra*”, a “*imagem motora da linguagem*” e a “*imagem motora do escrever*”. Essa composição ganha ainda mais em complexidade quando consideramos a ideia de uma não-dissociação entre representação e associação (citada cima). A representação da palavra resulta, assim, das associações de tais elementos ou, em outros termos, ela é entendida como um complexo associativo que reúne elementos de origem acústica, visual e motora.

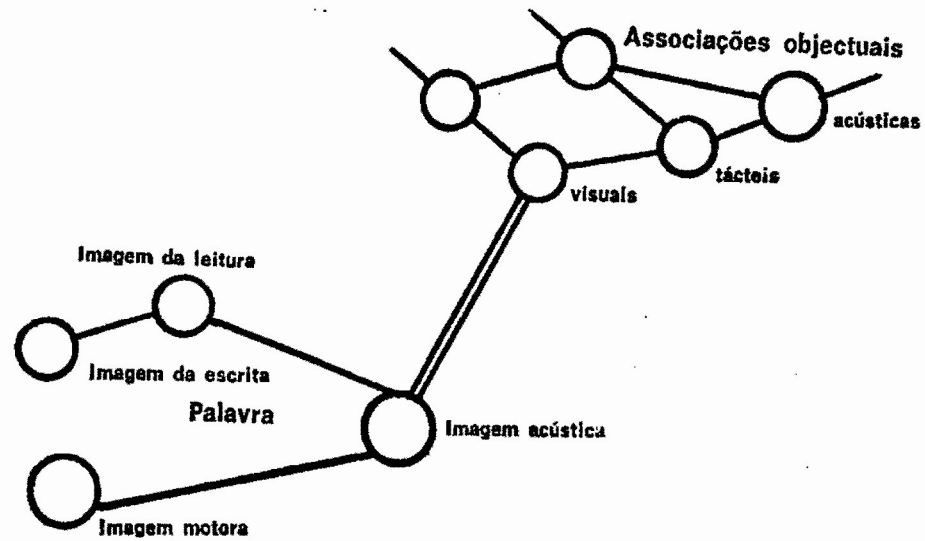
Freud distingue da “*representação da palavra*” (essencialmente sonora) a “*representação de objeto*” ou “*representação de coisa*” (essencialmente visual). Essa representação, a representação de objeto, é, mais uma vez, entendida como um complexo de associações formado por diversas representações visuais, acústicas, tácteis, motoras etc. Cabe dizer que seríamos mais fiéis ao sentido freudiano se nos referíssemos a termos como “*representação-objeto*” ou “*representação-coisa*”, uma vez que não se trata, como dissemos, de uma cópia ou imagem do objeto enquanto tal².

Para Freud, a palavra adquire seu *significado* ligando-se a uma representação-objeto (pelo menos na consideração dos substantivos). Ao mesmo tempo, o objeto só ganha identidade ao articular-se com a palavra, ou seja, só assim se constrói um *conceito*. A tese freudiana é de que a representação-palavra está ligada à representação-objeto em sua extremidade sensorial pelas *imagens acústicas*. Correlativamente, a representação-objeto encontra-se ligada à representação-palavra também por uma de suas representações, a *imagem visual*.

Com o objetivo de facilitar a compreensão do “*esquema psicológico das representações*”, reproduziremos a seguir esse esquema tal como formulado por Freud no texto das Afasias.

¹ Grifo nosso.

² Pela mesma razão passaremos a nos referir a “*representação-palavra*” ao invés do termo “*representação de palavra*”.



– Esquema psicológico da representação da palavra.

Ilustração I – Esquema psicológico da representação da palavra.

Fonte: Freud (1977, p. 46)

A partir dessa teorização, Freud chega a aventar a hipótese de dois grupos de perturbações da linguagem: a *afasia verbal*, considerada uma afasia de primeira ordem na qual são perturbadas as associações entre os elementos da representação-palavra; e a *afasia assimbólica*, considerada uma afasia de segunda ordem, na qual é afetada a associação entre a representação-palavra e a representação-objeto. Freud assinala que está utilizando o termo “assimbólico” em um sentido distinto do usual. Ele considera que a denominação “simbólica” se adapta mais à relação entre representação-palavra e representação-objeto do que à relação entre representação-objeto e um objeto. Ele nos lembra que o termo agnosia se refere à perda da capacidade de reconhecimento perceptivo sensorial dos objetos. Como esse quadro pode comportar também uma perturbação da linguagem, Freud propõe a denominação de *afasia agnóstica* ou afasia de terceira ordem para essa perturbação. Trata-se aqui, então, de uma perturbação na associação entre a representação-objeto e o objeto propriamente dito.

Do que foi dito até aqui, cabe destacar que o ensaio sobre as “Afasias” é uma elaboração do Freud ainda neurofisiologista. Como tal, Freud não está recusando a neurologia, mas a anatomia enquanto uma teoria das localizações elementares, isto é, que concebe exclusivamente a lesão anatômica como causa dos sintomas. Ao escrever as “Afasias” Freud se propõe a discutir as relações entre a lesão orgânica e a perturbação funcional da linguagem. Porém, seu trabalho extrapola os limites de sua proposta inicial uma vez que permite estender suas conclusões aos processos psíquicos em geral. Processos que

não se resumem a um epifenômeno do processo fisiológico, bem como também não resultam do funcionamento desta ou daquela região anatômica, mas da consideração do funcionamento do cérebro como um todo.

Como vimos, o “esquema psicológico da representação” teorizado por Freud enfatiza o lugar das representações e das associações entre elas. Porém, concebe tanto essa relação quanto a própria noção de representação de maneira diversa da entendida pela teoria das localizações cerebrais. Mais ainda, se recorrermos à filosofia para pensar esse conceito, podemos dizer que em termos gerais, a noção clássica de representação designa aquilo que se representa do objeto no pensamento ou, em outros termos, se refere ao conteúdo concreto do pensamento. De acordo com o “Vocabulário de Psicanálise”, embora Freud mantenha a denominação de representação como na filosofia clássica, o aspecto de representar subjetivamente o objeto vai para um segundo plano. “A representação seria antes o que do objeto se vem inscrever nos ‘sistemas mnésicos’” (LAPLANCHE E PONTALIS, 1985, p. 583). Nesse sentido, o que é representado não é o objeto enquanto “coisa” da realidade, mas algo relativo a ele. Diríamos, um signo do objeto que resulta das associações entre representações. O psiquismo é assim pensado como um conjunto de signos providos de sentidos que se inscrevem nos sistemas mnêmicos.

Se tomarmos a noção clássica de representação como ponto de partida para essa reflexão, podemos dizer que a representação é entendida como “imagem” ou “conceito” das coisas do mundo ou, ainda, como a “reprodução de uma percepção anterior” dada pelos sentidos (LAPLANCHE E PONTALIS, 1985, p. 582). Freud rejeita tal concepção da representação, entendendo que a percepção não oferece objetos do mundo para serem nomeados pela palavra. O que a percepção oferece são imagens sensoriais (visuais, táteis, acústicas etc.) que formarão o que ele chama de “*associações de objeto*”. Essas associações só irão formar um objeto, ou melhor, uma representação-objeto, com unidade e significação ao se articularem com a representação-palavra. Concluindo, a representação-objeto é uma síntese de elementos sensoriais dispersos que só adquirem unidade e significado a partir de sua ligação com a representação-palavra. Portanto, o *conceito* de objeto só se faz pela linguagem, assim como a palavra só adquire sua significação pela associação com a representação-objeto.

A “*ressignificação*” freudiana da noção de representação resulta, então, da introdução da linguagem no sistema psíquico das representações. Vimos que uma representação não é uma reprodução do objeto externo e nem tampouco é ele que confere à representação um sentido. A significação resulta da articulação entre representações e não da articulação entre

representação e “coisa” externa. O que Freud está teorizando é que a significação dos objetos (atos, acontecimentos) não se apresenta como inerente a eles, mas deriva da articulação entre as imagens acústicas (da representação-palavra) e a imagem visual (da representação-objeto), portanto, da significação dada pela linguagem.

Nota-se que, a partir dessa formulação, Freud já problematiza o lugar da *percepção* tal como entendida pela psicologia. *Sua teorização implica uma negação da noção de percepção como impressão dada pelos sentidos.* Ao postular o lugar da linguagem nas representações, o autor introduz uma indissociabilidade entre percepção e linguagem. *A relação do sujeito com o mundo sempre será atravessada pela significação, isto é, não há como perceber a realidade independentemente da linguagem.* Essa construção, que se esboça no ensaio sobre as “Afásias”, será desenvolvida no texto de 1895, “Projeto para uma psicologia científica”, permitindo a Freud falar da *percepção como fruto do “juízo”, ou seja, a percepção humana não apenas percebe, ela interpreta.*

Ao teorizar sobre os sistemas mnésicos, Freud está, também, rejeitando a concepção empírica de memória pensada como um receptáculo de imagens. Cabe ressaltarmos a importância da noção de recordação aqui em jogo. Nesse texto de 1891, Freud já traça, em linhas gerais, o que se constituirá em sua teoria sobre a memória, conceito que será mantido por toda a obra freudiana. Será nas obras seguintes que ele irá situar a memória, segundo o ponto de vista tópico, reconhecendo que as inscrições mnêmicas ocorrem em séries associativas ou cadeias, formando um sistema estratificado presente nos diversos sistemas psíquicos (inconsciente e pré-consciente). Dessa forma, a memória é postulada como grupos de representações organizadas em camadas, que apresentam leis distintas, embora mantenham relações entre si. É graças a essa última característica citada que as inscrições mnêmicas, apesar de presentes permanentemente, só podem ser recordadas quando investidas. Dessa forma, Freud pôde estender a concepção econômica do funcionamento psíquico a sua teoria da memória, o que veremos mais adiante.

Embora o texto das “Afásias” seja anterior à teorização freudiana sobre o inconsciente, podemos dizer que a noção de representação aí descrita já comporta a ideia de algo que vai além do que é dado pela percepção sensorial e, portanto, aponta para algo que não é mediado pela consciência, uma vez que, para Freud, percepção-consciência constitui um mesmo sistema¹. Assim, ao vincularmos a noção clássica de representação à consciência, podemos nos referir a uma ultrapassagem desse limite por Freud.

¹ Noção que será desenvolvida no texto do “Projeto para uma Psicologia Científica” (1895).

Finalmente, resta comentar que é nesse ensaio de 1891 que Freud distingue dois registros da representação, o da palavra e o do objeto. Mas será nas obras posteriores que essas diferentes modalidades de representação alcançam a dimensão de conceitos metapsicológicos. A representação-coisa será entendida como caracterizando as representações inconscientes, enquanto as representações conscientes serão entendidas como englobando a representação-coisa associada à representação-palavra correspondente.

Se o ensaio das “Afásias” nos introduz no pensamento freudiano sobre as representações tal como formulado inicialmente e com todas implicações apresentadas, serão as obras seguintes, dedicadas às histerias, que Freud formulará a oposição entre representação e afeto.

1.2 O Afeto e a Representação na teoria da histeria

É a partir da clínica da histeria que Freud concebe a idéia de uma separação entre afeto e representação nos processos psíquicos. Para acompanharmos essa formulação teórica, torna-se necessário situarmos em que contexto essas noções são desenvolvidas, o que exige de nós uma breve introdução de ordem biográfica.

Sabemos que Freud, antes mesmo de formar-se em medicina, encontrava-se envolvido com pesquisas em neurofisiologia e neuropatologia. É partindo dos seus interesses nas investigações anatômicas do cérebro que ele vai para Paris, no inverno de 1885, estudar com o famoso médico francês Jean-Martin Charcot (1825-1893), com quem tem contato com a clínica da histeria e com o tratamento da hipnose. As influências de Charcot são determinantes no destino profissional de Freud que, associadas a outros fatores de ordem pessoal, determinam sua opção pela psicopatologia e pela clínica.

Ao retornar a Viena, em 1886, Freud estabelece sua clínica médica como especialista em doenças nervosas, entre elas a histeria. Nessa fase inicial, emprega como métodos terapêuticos a eletroterapia e o hipnotismo. Ao deparar com a ineficácia desse primeiro método, continua a trabalhar com a *hipnose* associada à *sugestão*, como postulada por Charcot. Tal método, que visa à remoção das causas psíquicas dos sintomas histéricos, consiste em dar ao paciente, sob hipnose, sugestões terapêuticas diretas que buscam a supressão do sintoma.

Mas Freud nos relata, em seu artigo de 1925, “Um estudo autobiográfico”, que, desde o início, também utilizou a hipnose de “outra maneira”, independente da sugestão (FREUD, 1925d, p. 31). Dessa forma, a hipnose foi usada para fazer perguntas ao paciente sobre a origem dos seus sintomas, perguntas que dificilmente eram respondidas por eles em estado de vigília. A essa outra forma de utilizar a hipnose Freud atribuiu a descoberta ao médico e amigo Josef Breuer (1842-1925), que a denominou de *método catártico*.

Podemos resumidamente dizer que Freud e Breuer compartilhavam interesses científicos de longa data, quando esse último relatou um caso de histeria atendido por ele, entre 1880 e 1882. Esse caso, posteriormente, ficou conhecido na literatura psicanalítica como caso Anna O. De acordo com o relato de Breuer, a forma peculiar do tratamento permitiu a ele ter acesso à *causa* e ao *sentido* dos sintomas histéricos da paciente. Nesse atendimento, Breuer percebeu que a paciente poderia ser aliviada dos seus sintomas quando expressava em palavras o que oprimia a sua mente naquele momento. A partir daí, Breuer passou a induzir a paciente à hipnose e a solicitar que falasse sobre as circunstâncias do surgimento de cada sintoma, esforçando-se por chegar a uma idéia das causas precipitantes de cada um deles. A hipnose se justificava aí uma vez que, em estado de vigília, a paciente não conseguia descrever como seus sintomas haviam surgido, não conseguindo relacioná-los a qualquer experiência vivida. Era apenas sob hipnose que a paciente conseguia descobrir a conexão entre o evento desencadeador e o sintoma. Assim, Breuer, partindo das associações da paciente, pôde desvendar o sentido dos sintomas, concluindo pela sua relação com lembranças emocionais intensas, sendo os sintomas “resíduos ou reminiscências” delas. Breuer chegara também à compreensão de que, na maioria dessas experiências, havia algum pensamento ou impulso que a paciente tivera de reprimir dando lugar ao sintoma.

Freud ficara muito impressionado com as descobertas de Breuer; porém, restava pesquisar até que ponto elas poderiam ser generalizadas. Além disso, Freud deparava com as limitações da sugestão hipnótica: nem todos os pacientes eram passíveis de serem hipnotizados ou de alcançar o estado desejado de profundidade da hipnose, também deparava com a recaída de alguns pacientes depois de certo tempo. Assim, Freud passou não só a usar o método catártico como procedimento técnico em sua clínica como também a incluí-lo como seu objeto de pesquisa.

Como resultado dos estudos feitos em conjunto pelos dois autores, em 1893 eles publicam o artigo “Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: Comunicação Preliminar” que, no ano de 1895, é editada como primeiro capítulo da obra “Estudos sobre a Histeria”, também escrita em parceria. São nesses escritos que os autores explicitam suas

posições teóricas e terapêuticas sobre a histeria, apresentando diversos casos clínicos entre eles o de Anna O.

Freud e Breuer partem tanto de suas experiências clínicas quanto dos postulados de Charcot para escreverem as “Comunicações Preliminares” e os “Estudos sobre a Histeria”, mas apresentam certa independência teórica em suas produções em relação às teorizações do médico francês.

Entre numerosos trabalhos, Charcot estudou as paralisias histéricas consecutivas a traumatismos físicos. Ele constatou que tais traumatismos, embora tivessem sido importantes a ponto do indivíduo sentir sua vida ameaçada, não resultaram num prejuízo neurológico que justificasse a paralisia presente como sintoma. Charcot identificou, também, que a paralisia não se instalava imediatamente após o trauma vivido, mas depois de um período de “incubação”. Deduziu, assim, que os sintomas em causa não teriam sido provocados pelo choque físico, mas pelas representações a ele associadas que surgiam no decurso de um determinado estado psíquico. Em outras palavras, Charcot isolou dois elementos etiológicos presentes na histeria traumática: um primeiro, de ordem psíquica, que entende o sintoma como consecutivo a um traumatismo psíquico ligado a um trauma real; e um segundo, que concebe a existência de um estado psíquico especial (estado hipnóide, afeto de pavor), em que o paciente se encontrava quando da vivência do episódio traumático. Ao reproduzir experimentalmente na clínica, sob hipnose, as paralisias a partir da sugestão dada ao paciente, Charcot pôde confirmar a *determinação traumática dos sintomas* e sua associação com o *estado hipnóide*. Ou, em outros termos, a indução dos sintomas por hipnose levou-o à confirmação da natureza psíquica dos sintomas histéricos. Assim, a paralisia traumática ficava explicada pela paralisia produzida pela sugestão, bem como revelava a estreita ligação entre a histeria e o hipnotismo.

Embora Charcot tenha evidenciado tal relação de causalidade entre traumatismo psíquico e sintomas histéricos, ele preferiu considerar a histeria traumática como decorrente de uma predisposição hereditária do sistema nervoso ao estado hipnóide, ocupando o fator traumático um mero lugar de agente desencadeante. Com efeito, apesar de todo o débito que Freud sempre reconheceu ter em relação a Charcot, ele ressaltou os limites dessa teoria em sua *conferência* sobre a “Comunicação Preliminar”, também proferida em 1893.

Todavia, sua análise não vai adiante: não ficamos sabendo como são gerados os outros sintomas e, acima de tudo, não aprendemos como os

sintomas histéricos aparecem na histeria comum, não-traumática (FREUD, 1893h, p.38).

Sem dúvida alguma, a produção teórica da “Comunicação Preliminar” e dos “Estudos sobre a Histeria” buscavam dar conta dessas questões. É assim que Freud e Breuer postularam no início da “Comunicação Preliminar”, afirmando que o fator traumático estaria na base não só da histeria traumática como também de outros tipos de histeria. Considerando também que não apenas as paralisias se relacionam com o trauma, mas às mais variadas formas de sintomas.

Entretanto, podemos dizer que os dois autores conceberam as características do trauma de forma modificada em relação à concepção de Charcot. O *trauma psíquico* é aqui, na “Comunicação Preliminar”, entendido como “qualquer experiência que possa evocar *afetos conflitivos*¹ – tais como os de susto, angústia, vergonha ou dor física...” (FREUD, 1893a-1895d, p. 43). Sendo que no caso da histeria comum, que é a que os autores estão nesse texto pesquisando, pode ocorrer, em vez de um trauma isolado, vários traumas parciais, que acabam formando um grupo de causas desencadeadoras.

Além do mais, o trauma psíquico não é um simples agente desencadeante do sintoma, que passa então a atuar independentemente. O trauma psíquico, ou melhor, a *lembrança do trauma*, é um agente que continua ativo, atuando mesmo depois de muito tempo de “sua entrada” no psiquismo, como descrito por Freud e Breuer,

...O processo determinante [do sintoma] continua a atuar, de uma forma ou de outra, durante anos [...] da mesma forma que um sofrimento psíquico que é recordado no estado consciente de vigília ainda provoca uma secreção lacrimal muito tempo depois de ocorrido o fato. *Os histéricos sofrem principalmente de reminiscências* (FREUD, 1893a-1895d, p. 45).

Trata-se de *lembranças ou representações acompanhadas de afetos que não foram descarregados*, mantendo por isso seu vigor na determinação de cada sintoma, apesar do tempo decorrido. A concepção teórica adotada pelos autores parte da idéia de que normalmente, frente a uma impressão psíquica intensa, ocorre uma *ab-reação*, isto é, o afeto é descarregado através de atos involuntários (choro, expressão de cólera ou dor) ou por atos voluntários (palavras, vingança). Além da ab-reação, outra forma possível para o

¹ Grifo nosso.

desaparecimento do afeto, em situações normais, é a *integração da lembrança no processo de associação psíquica*, permitindo uma reconsideração do evento, isto é, uma elaboração. Se o sujeito não pode reagir por nenhuma dessas formas, o evento se torna traumático.

Na pessoa histérica não ocorre a ab-reação do afeto, nem a elaboração associativa da lembrança. O afeto, ao invés de ser descarregado, se mantém vinculado à lembrança, conservando a recordação do traumatismo como um grupo separado do restante das representações conscientes. Em outras palavras, o afeto permanece “reprimido” e a representação traumática se mantém isolada da consciência, isto é, recalcada e inconsciente. É a lembrança inconsciente que se manifestará como sintomas histéricos. Por conseguinte, as lembranças traumáticas, apesar de persistirem com seu “colorido afetivo”, não se encontram à disposição do paciente.

Pelo contrário, *essas experiências estão inteiramente ausentes da lembrança dos pacientes quando em estado psíquico normal, ou só se fazem presentes de forma bastante sumária*. Apenas quando o paciente é inquirido sob hipnose é que essas lembranças emergem com a nitidez inalterada de um fato recente (FREUD, 1893a-1895d, p. 46).

A constatação da *amnésia* presente nos pacientes histéricos levou à compreensão de que a mente manifesta corresponde apenas a uma parte e não à totalidade, existindo também uma parte da mente que é inconsciente. Essa elaboração teórica nos permite entender que a qualidade traumática não decorre do fato em si, mas da forma como o sujeito a ele reagiu, ou melhor, foi capaz de reagir. Portanto, o método terapêutico não poderia se limitar mais à função terapêutica da sugestão, mas deveria permitir o acesso a esse material inconsciente.

Inevitavelmente surge a questão dos motivos da não reação do sujeito à situação traumática, ou seja, as razões que explicam o resultado patológico. Os autores concebem dois grupos de condições sob as quais a reação não ocorre: um primeiro grupo em que a experiência traumática ocorreu quando o sujeito se encontrava em um estado de dissociação mental ou “estado hipnóide”, impedindo-o de uma reação adequada; e um segundo grupo em que a reação não pôde ocorrer devido à natureza do trauma. Nesse caso, o conteúdo da lembrança esbarra quer em circunstâncias sociais que impedem sua reação; quer na defesa do sujeito que rechaça as representações da consciência de forma defensiva. Podemos completar acrescentando que, enquanto na “Comunicação Preliminar” predomina, sob a influência de Breuer, a idéia do estado hipnóide como condição fundamental da histeria; no decorrer dos

“Estudos sobre a Histeria”, Freud toma cada vez mais o partido da concepção da defesa como fator constitutivo essencial no processo histérico. Trata-se da *defesa contra representações capazes de provocarem afetos desagradáveis*.

Nos dois casos o *método terapêutico* utilizado é o método catártico, que se fundamenta na idéia de introduzir na consciência a representação traumática original, juntamente com o afeto a ela associado, que assim é ab-reagido. A idéia que está aqui em jogo é a de que a revivescência da situação traumática com toda sua carga afetiva liberaria o afeto reprimido, afeto esse que mantinha o sintoma e, assim, ele desapareceria.

Assim, resumindo, na base dos fenômenos históricos estão presentes lembranças ou representações conflitivas que não se desvanecem com o passar do tempo e nem tampouco diminui a intensidade do afeto a elas associado. Dessa forma, o método terapêutico visa, por um lado, ab-reagir (descarregar) o afeto e, por outro, tornar conscientes as ditas representações que se encontram fora da consciência normal¹, possibilitando sua integração no processo associativo, ou seja, a elaboração psíquica.

Entretanto, convém ressaltar que a ênfase do método catártico está em promover a ab-reação do afeto, isto é, *a terapêutica recai predominantemente sobre a questão afetiva*. Decorre daí que a cura está no restabelecimento do caminho “normal” do afeto que, ao ser reprimido, tornou-se patogênico. Mas, na medida em que Freud passou a dar “maior destaque” às histerias derivadas da defesa, o objetivo terapêutico se deslocou da ab-reação do afeto para tornar conscientes as representações patogênicas, possibilitando sua elaboração. Podemos dizer que ocorre uma mudança de perspectiva teórica e uma evolução no método de tratamento. Esse momento marca a *transição do método catártico para o método psicanalítico*.

Freud começou a colocar em dúvida a hipnose, uma vez que muitos dos seus resultados podiam ser eliminados se a sua relação pessoal com o paciente fosse abalada. Além disso, nem todos pacientes podiam ser hipnotizados. Na tentativa de contornar tal dificuldade, e seguindo o exemplo de Bernheim², Freud passa a propor aos pacientes que discorressem sobre os fatos relacionados com seus sintomas, assegurando-lhes que teriam acesso a tais conteúdos, caso se concentrassem. Verifica, assim, que, mesmo sem o uso da hipnose, eles podiam ter acesso às representações patogênicas. Contudo, Freud depara com outro obstáculo

¹ São as representações patogênicas que são entendidas como estando *fora da consciência normal*, mas presente na memória do paciente ao ser hipnotizado. Trata-se da concepção da existência de uma *divisão da consciência*, isto é, um segundo estado mental dissociado da consciência normal.

² Bernheim era médico ligado à escola de Nancy e assumia a defesa de uma causa ideogênica para a histeria em oposição à concepção de Charcot. Também, em oposição a este último, considerava que a hipnose resultava da sugestibilidade do sujeito (CORTEZ, 1980, p.21).

à rememoração, a *resistência* do paciente. Tal força psíquica que se opõe a que as representações patogênicas se tornassem conscientes, leva-o a compreensão de que seria essa mesma força que determinara a formação do sintoma. Ao questionar o que teria posto essa força em ação, ele conclui que seria uma *defesa do ego* contra as *representações incompatíveis*.

[...] Reconheci uma característica universal de tais representações: eram todas de natureza aflitiva, capazes de despertar afetos de vergonha, de autocensura e de dor psíquica, além do sentimento de estar sendo prejudicado; eram todas de uma espécie que a pessoa preferiria não ter experimentado, que preferiria esquecer. De tudo isso emergiu, como que de forma automática, a idéia de *defesa* (FREUD, 1893a-1895d, p.264).

Essas representações mobilizam um *afeto desagradável* que, uma vez percebido pelo ego, leva o paciente a colocar em jogo os mecanismos defensivos. O ego é entendido como um grupo de representações em desacordo com as representações incompatíveis que, ao ocupar o lugar de agente do processo defensivo, impede que tais representações tenham acesso à consciência.

Assim, uma força psíquica, uma aversão por parte do ego, teria originariamente impelido a representação patogênica para fora da associação e agora se oporia a seu retorno à memória. O “não saber” do paciente histérico seria, de fato, um “não querer saber” – um não querer que poderia, em maior ou menor medida, ser consciente. A tarefa do terapeuta, portanto, está em superar, através de seu trabalho psíquico, essa resistência à associação (FREUD, 1893a-1895d, p.265).

Cabe ressaltar que, nesse momento da formulação freudiana, o processo defensivo é pensado como um esforço voluntário para eliminar da mente as representações conflitivas. Se, por um lado, esse esforço parece bem sucedido, uma vez que a representação em questão é afastada da consciência e da memória; por outro lado, ele não consegue fazê-la desaparecer. A representação incompatível persiste como um traço mnêmico separado das representações conscientes e levando à formação de sintomas. “A representação se tornara patogênica precisamente em conseqüência de sua expulsão e de seu recalçamento [...]” (FREUD, 1893a-

1895d, p.265), processo esse que escapa completamente do domínio do sujeito. Nos termos de Freud, no artigo “As Neuropsicoses de Defesa”:

A tarefa que o eu se impõe, em sua atitude defensiva, de tratar a representação incompatível como ‘*non-arrivé*’, simplesmente não pode ser realizada por ele. Tanto o traço mnêmico como o afeto ligado à representação lá estão de uma vez por todas e não podem ser erradicados. Mas uma realização aproximada da tarefa se dá quando o eu *transforma essa representação poderosa numa representação fraca*, retirando-lhe o afeto – a soma de excitação – do qual está carregada. A representação fraca não tem então praticamente nenhuma exigência a fazer ao trabalho da associação. *Mas a soma de excitação desvinculada dela tem que ser utilizada de alguma outra forma* (FREUD, 1894a, p.56).

Nesse parágrafo, em que Freud descreve o processo defensivo, encontramos de maneira condensada diversos conceitos que irão se constituir como fundamentais da psicanálise. Além de um primeiro esboço da teoria do recalçamento, Freud teoriza aqui a ideia de uma *independência entre a representação e o afeto* e a noção de uma *equivalência entre o afeto e a soma de excitação*. Temos como objetivo desenvolver essas duas últimas concepções que se relacionam diretamente com nossa discussão. Porém, da mesma forma como esclarecemos, a partir do texto das “Afásias”, o sentido que toma o termo “representação” para Freud, faz-se necessário localizar o sentido do termo “afeto” para essa mesma teoria.

A *noção de afeto* faz sua entrada na teoria freudiana muito cedo, sendo contemporânea do próprio nascimento da psicanálise. Podemos distinguir dois aspectos presentes no conceito de afeto ao longo da obra freudiana. Primeiramente, em termos descritivos, a noção de afeto remete à expressão emocional dos conflitos constitutivos do sujeito se aproximando, assim, do sentido que o senso comum dá aos “sentimentos” ou “emoções”. O segundo aspecto se refere à concepção quantitativa do funcionamento psíquico, aspecto esse que predomina na escrita freudiana. Podemos identificar esses dois aspectos no texto “O inconsciente”, obra de 1915, portanto, datada de um período bem posterior ao que estamos nos referindo até esse momento: “[...] os afetos e as emoções correspondem a processos de descarga, cujas manifestações finais são percebidas como sentimentos” (FREUD, 1915e, p.204).

O aspecto quantitativo está diretamente ligado à *hipótese econômica*, que pressupõe a existência de uma excitação que circula pelo aparelho psíquico, possibilitando as diversas operações psíquicas. Desde seus primeiros escritos, Freud faz referência a deslocamentos de

excitações no sistema nervoso e podemos dizer que essa concepção se mantém ao longo de sua obra, embora deixe posteriormente de ser pensada com a materialidade dos escritos neurológicos, mantendo a idéia de uma intensidade concebida em termos puramente mentais. Segundo a hipótese econômica, os processos psíquicos consistem na circulação dessa energia (mais tarde denominada de energia pulsional), que se liga a diferentes representações, estando sujeita a aumentos, diminuições e equiparações. Em outras palavras, pode-se dizer que tal energia é “[...] suscetível de circular ao longo de cadeias associativas, de *investir* determinada representação ou determinado complexo representativo [...]” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1985, p. 169). Ao se ligar a uma representação, diz-se que ela se encontra *investida* pela energia ou, em outros termos, investida pelo afeto.

Encontramos essa equivalência entre soma de excitação (energia de investimento) e o afeto no artigo de 1894, “As Neuropsicoses de Defesa”, citado acima. Obra escrita após a primeira publicação da “Comunicação Preliminar” e anterior ao término da escrita dos “Estudos sobre a Histeria”, portanto, numa fase bem inicial das formulações freudianas. Nas palavras de Freud,

[...] Nas funções mentais, deve-se distinguir algo – uma carga de afeto ou soma de excitação – que possui todas as características de uma quantidade (embora não tenhamos meios de medi-la) passível de aumento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se espalha sobre os traços mnêmicos das representações como uma carga elétrica espalhada pela superfície de um corpo” (FREUD, 1894a, p. 65).

Embora os termos “carga de afeto” e “soma de excitação” não sejam sinônimos o que se evidencia aqui e ao longo da obra freudiana é a idéia de uma *intensidade* de ordem afetiva que se liga às representações, conferindo-lhes seu colorido afetivo. Porém, esse “fator intensivo” pode se destacar da representação a qual se encontrava originalmente ligado e sofrer vicissitudes diferentes dessa última. Em outros termos, Freud teoriza que *no processo de recalçamento ocorre uma separação entre o afeto e a representação determinando destinos diversos para cada um desses representantes psíquicos*.

Se concebermos a representação como uma idéia ou uma imagem que é investida de uma cota de afeto, podemos dizer que as imagens e as intensidades são afetadas diferentemente no processo do recalçamento. *É sobre a representação que incide o recalque, interditando, a partir daí, que seu conteúdo representativo tenha acesso à consciência*. Esse

processo encontra-se na origem da constituição do inconsciente como um grupo psíquico separado do restante. Ou, em outros termos, trata-se do processo responsável pela clivagem da subjetividade nos sistemas Inconsciente (Ics.) e Pré-consciente-Consciente (Pcs-Cs.).

Quanto ao afeto, embora possamos dizer que ele sofra transformações decorrentes do recalçamento, ele não pode ser recalçado e tornar-se inconsciente. O que pode tornar-se inconsciente é a representação ou idéia a qual o afeto estava ligado anteriormente ao processo do recalque.

A rigor, [...] não existem afetos inconscientes da mesma forma que existem idéias inconscientes. Pode, porém, muito bem haver estruturas afetivas no sistema Ics., que, como outras, se tornam conscientes. A diferença toda decorre do fato de que idéias são catexias [investimentos] – basicamente de traços de memória – enquanto que os afetos e as emoções correspondem a processos de descarga, cujas manifestações finais são percebidas como sentimentos (FREUD, 1915e, p.204).

Com efeito, chegamos aqui à distinção entre representação e afeto e à consideração correlativa da existência de destinos diversos para cada um desses elementos ou representantes psíquicos. Se até esse momento nos baseamos nos conceitos elaborados nos primeiros escritos freudianos, convém assinalarmos um salto de perspectiva teórica quando nos apoiamos nos artigos metapsicológicos de 1915. Esses últimos foram escritos quando Freud já tinha o apoio de outros referenciais previamente desenvolvidos: como a teoria do recalçamento, a teorização sobre o inconsciente e a teoria pulsional.

É de posse do conceito de *pulsão* que Freud especifica o lugar da representação e do afeto como representantes psíquicos pulsionais. A pulsão representa psiquicamente as excitações somáticas. Porém, ela só se presentifica no psiquismo através de seus dois representantes: o afeto e a representação. Nos termos de Freud, no artigo do “Recalque”, a representação é entendida como “[...] uma idéia, ou grupo de ideias, investida com uma quota definida de energia psíquica (libido ou interesse) proveniente de uma pulsão (FREUD, 1915, p. 176). Recordemos que, no ensaio sobre as “Afasias”, as representações são teorizadas como inscrições de traços mnésicos no psiquismo. Emerge, a partir da teoria das pulsões, a concepção de que tais traços mnésicos ou marcas psíquicas são representações investidas de energia pulsional.

O afeto, como o outro representante da pulsão, se faz presente tanto no seu aspecto quantitativo, como intensidade pulsional; quanto em seu aspecto qualitativo, como afetos e

sensações. O que podemos ilustrar com as palavras de Garcia-Roza, por meio das o afeto é definido como a “expressão qualitativa da quantidade da energia pulsional” (GARCIA-ROZA, 1991, p.117).

No artigo metapsicológico “O Inconsciente” (1915), Freud questiona se existiriam sentimentos, emoções e afetos inconscientes assim como existem ideias (representações) inconscientes. Ele responde afirmando que a antítese entre consciente e inconsciente não se aplica às pulsões, isto é, ao elemento afetivo das pulsões. O que completa,

Por certo, faz parte da natureza de uma emoção que estejamos cômnicos dela, isto é, que ela se torne conhecida pela consciência. Assim, a possibilidade do atributo da inconsciência seria completamente excluída no tocante às emoções, sentimentos e afetos (FREUD, 1915e, p.203).

Podemos dizer que, a rigor, para Freud não existem afetos inconscientes, uma vez que é da natureza dos afetos serem sentidos como tais, como sensações conscientes. Porém, ele concebe a ideia da existência de “estruturas afetivas no inconsciente”, referindo-se assim a afetos que foram inibidos no seu desenvolvimento em decorrência do recalque da representação à qual estava ligado. Apesar do aspecto contraditório de tal argumentação, podemos resumir afirmando que, enquanto a representação continua a existir como uma “estrutura real” no inconsciente apesar do recalque, o afeto permanece no inconsciente como um “potencial impedido de se desenvolver” (FREUD, 1915e, p. 204).

Ao elemento afetivo da pulsão, Freud reserva três vicissitudes possíveis: ou o afeto permanece tal como é, podendo então se *deslocar* para outra representação; ou ele é *transformado* em outro afeto, a angústia; ou então o afeto é *reprimido* e seu desenvolvimento é impedido. Dito isso, Freud nos lembra no texto do “Recalque” que o motivo ou propósito do recalque é evitar o desprazer ou, como afirmamos anteriormente, se defender contra as representações que podem provocar afetos desagradáveis. Portanto, “Se o recalque¹ não conseguiu impedir que surjam sentimentos de desprazer ou de angústia, podemos dizer que falhou, ainda que possa ter alcançado seu propósito no tocante à parcela ideacional” (FREUD, 1915d, p.177). Isso leva Freud a concluir pela importância (no processo do recalque) dos destinos do afeto relativamente aos destinos da representação. Nas palavras de Garcia-Roza,

¹ Na tradução da Edição Standard, consta os termos repressão e ansiedade, o que estamos traduzindo por recalque e angústia, respectivamente.

Do ponto de vista econômico é muito mais importante o destino do afeto ligado a um representante ideativo recalçado do que o destino do representante propriamente dito. A razão disso está em que a parte quantitativa da pulsão só se exprime em afetos, daí ser possível, pelo mecanismo do recalçamento, mantermos no inconsciente o representante ideativo da pulsão, mas não sermos capazes de impedir o desprazer que resulta da liberação da carga de afeto que estava ligada a ele (GARCIA-ROZA, 1991, p.165).

No mesmo artigo, Freud ilustra os destinos da representação e do afeto através do estudo das neuroses.

O autor exemplifica o quadro da *histeria de angústia* com um caso de fobia animal. Aqui, a pulsão sujeita ao recalque é uma atitude libidinal para com o pai, associada ao medo dele. Após o recalque, tal representação desaparece da consciência e surge em seu lugar a representação de um animal que o sujeito passa a temer, isto é, que se torna objeto de angústia. Freud descreve que a *formação substitutiva* para a representação incompatível foi feita por deslocamentos ao longo da cadeia associativa das representações. A parcela quantitativa da pulsão, isto é, o afeto, não desaparece, sendo *transformada em angústia*. Sem dúvida, esse processo foi destituído de êxito, uma vez que conseguiu recalcar a representação incompatível, tornando-a inconsciente, mas falhou em impedir o desprazer. Sendo essa a razão pela qual o “trabalho da neurose” não cessa aí, dando lugar a uma segunda fase na qual se faz presente as tentativas de evitação do objeto fóbico com o fim de evitar a liberação da angústia.

Ao discutir o recalque na *histeria de conversão*, Freud destaca um processo distinto do anterior. Aqui, o recalque provoca o desaparecimento total do afeto, o que faz Freud lembrar as palavras de Charcot ao referir-se à relação das histéricas com seus sintomas: “la belle indifférence des hystériques”. É no quadro da histeria de conversão que podemos falar de uma *repressão* (ou supressão) do afeto, embora existam casos em que essa repressão não é tão bem sucedida, levando a sensações aflitivas associadas aos sintomas. Quanto à representação incompatível, essa é totalmente afastada da consciência. Como substituto dessa representação recalçada, e ao mesmo tempo como sintoma, surge a inervação somática de natureza sensorial ou motora. Em resumo, podemos dizer que o recalçamento na histeria de conversão é bem sucedido em termos dos afetos em jogo; porém, é destituído de êxito, uma vez que leva à formação de uma extensa lista de substitutos do representante ideativo recalçado e, portanto, a uma diversidade de formação sintomática. Lembremos que os sintomas são considerados

símbolos mnêmicos, isto é, símbolos da representação recalçada. No caso da histeria de conversão, os sintomas são a expressão no corpo das representações recalçadas.

Um terceiro quadro, totalmente diferente de recalçamento, está presente na *neurose obsessiva*. A representação sujeita ao recalque é uma “tendência hostil contra alguém que é amado”. Nesse caso, o processo do recalçamento é inicialmente bem sucedido, a representação é rejeitada pela consciência e ocorre um desaparecimento do afeto. Como formação substitutiva surge no ego “uma alteração sob a forma de maior consciência” que não chega a ser um sintoma (FREUD, 1915d, p.181). Trata-se de uma *formação reativa*, isto é, uma reação em sentido oposto ao desejo recalçado. No entanto, o recalçamento que foi inicialmente bem sucedido não consegue se manter e fracassa. O afeto desaparecido retorna transformado em angústia social, angústia moral e auto-censura. Já a representação incompatível recalçada é substituída por outra através de *deslocamento* do afeto. Tal substituto é geralmente uma representação com conteúdo distante do conflito original, de pequena importância ou indiferente para o sujeito.

Ao distinguir as três vicissitudes possíveis do afeto nas diversas neuroses destaca-se a ideia de que se a representação pode ser *recalçada*, o afeto pode ser *reprimido* ou suprimido. Enquanto a operação do recalque compreende a exclusão da representação do campo da consciência, limitando-a ao inconsciente, a repressão do afeto determina que seu conteúdo se mantenha no pré-consciente-Consciente. Mais que isso, o recalque é uma operação que ocorre entre os sistemas pré-consciente-consciente (Pcs.-Cs.) e o sistema inconsciente (Ics.). A repressão deve ser entendida como uma operação que se dá dentro de um mesmo sistema, situando assim entre o consciente e o pré-consciente.

Assim, o recalque, ao incidir sobre a pulsão, define o destino inconsciente da representação, enquanto a afetividade se mantém sob o controle do sistema Pcs.-Cs. Esse controle não é totalmente garantido, uma vez que o jogo de forças do inconsciente se faz de alguma forma presente:

[...] o sistema Cs. normalmente controla não só a afetividade como também o acesso à motilidade [...] Enquanto que o controle do Cs. sobre a motilidade voluntária se acha firmemente enraizado, suporta regularmente a investida da neurose e só cessa na psicose, o controle do Cs. sobre o desenvolvimento dos afetos é menos seguro. Mesmo dentro dos limites de vida normal podemos reconhecer que uma luta constante pela primazia sobre a afetividade prossegue entre os sistemas Cs. e Ics [...] (FREUD, 1915e, p.205).

É assim que podemos ver o desenvolvimento do afeto sob a forma de angústia em algumas neuroses, o que podemos entender como procedendo do Ics.

Podemos concluir que, embora a questão afetiva não seja sem importância para pensarmos o processo do recalçamento, uma vez que o afeto também sofre suas consequências, não é a partir da afetividade que podemos pensar no recalçado.

Nossa intenção até aqui consistiu em fazer um recorte específico no interior da teoria freudiana que nos permitisse situar o lugar da psicanálise como uma teoria do inconsciente e não como uma teoria da afetividade. Tratava-se de fundamentar nossa afirmação inicial da não correlação entre o inconsciente psicanalítico e o que é da ordem da afetividade para diferentes teorias psicológicas. Ou, em outros termos, quando referimos a uma teoria da afetividade, não estamos contemplando a concepção do inconsciente enquanto efeito do recalçamento.

Vários poderiam ter sido os conceitos teóricos escolhidos para apoiar essa argumentação; porém, optamos por ser o nosso fio condutor a oposição entre representação e afeto. Assim, buscamos, até o momento, localizar os sentidos desses dois termos para essa teoria, bem como descrever, em linhas gerais, as vicissitudes possíveis da representação e do afeto em três formas de neuroses tal como formuladas por Freud no artigo de 1915.

Escapa, portanto, ao escopo desse trabalho, acompanhar os diversos desdobramentos teóricos que o pensamento freudiano toma a partir de então. Dessa forma, as considerações teóricas que se seguem apresentam caráter sucinto, não pretendendo dar conta da complexidade envolvida naquilo que ora buscamos sintetizar.

Freud situa as neuroses, ou as psiconeuroses de defesa, como denominadas por ele, naqueles quadros nos quais intervém o mecanismo psíquico do recalçamento. Essa é uma operação fundamental constitutiva do inconsciente e que especifica a teoria psicanalítica relativamente a outras abordagens. A condição do recalçamento, como vimos, relaciona-se à existência de uma representação incompatível com o ego do sujeito. O que, com a formulação da teoria pulsional, podemos dizer que o recalçamento incide sobre o representante ideativo da pulsão.

Freud trabalha tendo por base a hipótese de uma indestrutibilidade das representações recalçadas. Além do recalçamento não conseguir eliminá-las, elas continuam ativas, lutando para ter acesso ao sistema pré-consciente-consciente, e produzindo seus derivados. Isso se trata da concepção dinâmica do inconsciente que tende a fazer retornar à consciência do

sujeito produções que tenham conexões com a representação recalçada. Esses *derivados do recalçado* ressurgem de forma distorcida pela censura nas diversas produções (formações) do inconsciente como nos sintomas, sonhos, atos falhos, lapsos, chistes e nos esquecimentos.

Se retomarmos nossas considerações iniciais sobre o tratamento das histéricas pelo método catártico, veremos que esse método buscava restabelecer a conexão entre a representação traumática e o sintoma, entendendo que assim o afeto seria ab-reagido. Essa concepção resultava da evidência clínica dos sintomas somáticos histéricos desaparecerem após a verbalização das experiências afetivas a eles associadas. O que, por conseguinte, levou a suposição de que o sintoma se fez por conversão de uma energia psíquica para a inervação somática, isto é, do afeto para o corpo. Podemos dizer que nesse momento da construção teórica freudiana estamos diante de uma teoria da afetividade: *o patológico resulta de uma quantidade de afeto ou emoção que não foi descarregada. E a terapêutica se restringe à descarga emocional desse afeto “estragulado”, ou afeto traumatizante.*

Ao comentar, anos mais tarde, em “Um Estudo Autobiográfico” (1925), Freud se refere ao método catártico e à teoria presente nos “Estudos sobre a Histeria” dizendo,

Essa teoria foi de qualquer maneira despreziosa e quase não ultrapassou a descrição direta das observações. Não procurou estabelecer a natureza da histeria, mas apenas lançar luz sobre a origem de seus sintomas. Assim, *dava ênfase à significação da vida das emoções* e à importância de estabelecer distinção entre os atos mentais inconscientes e os conscientes; [...] *introduziu um fator dinâmico, supondo que um sintoma surge através do represamento de um afeto*, e um fator econômico, considerando aquele mesmo sintoma como o produto da transformação de uma quantidade de energia que de outra maneira teria sido empregada de alguma outra forma. [...] *Ainda existe grande número de psicoterapeutas que não foi além da catarse como Breuer a compreendia e que ainda fala em seu favor*¹ (FREUD, 1915d, p.34).

A evolução teórica ocorrida, então, a partir da consideração das “resistências”, da “transferência” e da “elaboração psíquica”, leva a um deslocamento da ênfase da ab-reação para a recordação da lembrança patológica. Tratava-se inicialmente de tornar consciente as representações patogênicas entendidas como estando fora da “consciência normal”.

Com a evolução ulterior da psicanálise, a partir da elaboração de diversos conceitos, em particular do recalçamento e do inconsciente, tanto a teoria como a terapêutica volta-se

¹ Grifo nosso.

fundamentalmente para as atualizações dos conflitos latentes. Mais do que a rememoração de representações patogênicas, a psicanálise passa a se interessar pelas produções do inconsciente nas quais o conflito entre desejo e defesa é atualizado.

Dissemos que uma representação se torna incompatível quando a ela se opõem as representações presentes no eu do sujeito. Mas, muito cedo, em sua obra, Freud entendeu que não se tratava de quaisquer representações que podiam se tornar inconciliáveis ou traumáticas: tratava-se apenas das *representações de conteúdo sexual*.

CAPÍTULO II

“PROJETO PARA UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA” (1895)

2.1 Principais conceitos do “Projeto” sobre o funcionamento psíquico

Podemos ver, no texto de Freud de 1895, “Projeto para uma Psicologia Científica”, sua primeira e mais extensa proposta de teorizar sobre a constituição dos processos de pensamentos, entre eles o do pensamento cognitivo. De acordo com essa teorização, o pensamento se constitui a partir da diferenciação dos processos primários do pensamento em processos secundários, o que permite o acesso ao conhecimento.

Essa obra começou a ser escrita em 1895, mas foi abandonada por Freud antes do seu término, somente sendo publicada em 1950. A intenção de Freud era de elaborar uma teoria geral dos processos mentais normais e patológicos a partir de suas descobertas clínicas. Ambição essa que se estendia a explicar através da neurofisiologia o mecanismo de defesa presente no processo patológico. Lembremos que nos “Estudos sobre a Histeria” Freud já começava a destacar a importância da defesa nas histerias.

O texto do “Projeto” é escrito em uma linguagem neurológica e se baseia nas leis da física energética para pensar o funcionamento psíquico. Essas leis partem da concepção de que nos processos mentais podemos distinguir uma quantidade de energia que circula pelas representações “passível de aumento, diminuição, deslocamento e descarga” (FREUD, 1894a, p.65). Conceito, aliás, destacado anteriormente, ao nos referirmos às obras que antecederam o texto do “Projeto”.

À concepção energética do aparelho mental, associa-se o modelo neurológico do arco reflexo, muito utilizado pela neurologia do século XIX para explicar o funcionamento mental. De acordo com esse modelo, a mente é entendida como um aparelho receptor, que apresenta uma extremidade sensorial (receptiva) e uma extremidade motora (responsável pela descarga), permitindo que os processos psíquicos ocorram da extremidade perceptual para a motora. Pode-se considerar que, no “Projeto”, a função primordial do sistema nervoso consiste nessa descarga do estímulo, o que Freud denominou de *Princípio de inércia neuronal*. De acordo

com esse princípio, os neurônios tendem a descarregar completamente a quantidade de excitação, buscando reduzir a tensão que é identificada com o acúmulo de energia.

Assim, Freud constrói sua teoria dos processos psíquicos partindo de duas ideias básicas iniciais: 1) a existência da *quantidade (Q)* de energia que circula pelo sistema nervoso e 2) a existência do *neurônio* como “partículas materiais” que constitui o tecido nervoso. Apesar da linguagem neurológica aqui usada, a ideia de uma quantidade (Q) de excitação que se desloca entre as cadeias de neurônios remete à “intensidade afetiva”, enquanto o conceito de neurônio como “partículas materiais” constituinte do tecido nervoso remete à representação. Essa relação fica mais clara a partir da noção de “*investimento*”, que considera que a excitação ao deslocar-se no aparato rumo à descarga, pode se “*ligar*” a um neurônio (ou sistema), limitando o livre escoamento da energia. O termo investimento se refere a um conceito quantitativo que pressupõe que a excitação no interior do aparelho está sujeita a aumentos, diminuições ou equiparações em decorrência dos diversos investimentos. Trata-se de um conceito que, embora apresentando variações quanto ao seu alcance, está presente em todos os tempos da teorização freudiana. Embora Freud se refira inicialmente aos investimentos nos neurônios ou grupos de neurônios; uma vez que busca dar conta de uma base neurológica para os eventos psicológicos, gradualmente, na medida em que vai abandonando o discurso neurológico; passa a se referir a *investimentos na representação*. Seja numa linguagem ou em outra, ou melhor, numa perspectiva neurológica ou psicológica, a concepção da existência de investimentos energéticos se mantém, ao pensarmos nos princípios que regem os processos psíquicos.

Dessa forma, a noção de investimento se refere à “ocupação” de um neurônio ou de uma representação por uma quantidade de excitação ou afeto, dando a dimensão desse investimento como algo que pode ser colocado ou retirado do neurônio ou da representação. Sabemos, a partir do que foi postulado, que um dos efeitos do recalque é justamente uma retirada do investimento energético de uma representação. Temos, assim, já no texto de 1895, os primeiros delineamentos dos processos energéticos subjacentes ao mecanismo do recalque.

Para pensarmos na existência de neurônios ou representações investidas, temos que considerar que algo impeça a descarga total da quantidade (Q) de energia, como estabelecido pelo “Princípio de inércia neuronal”. Freud fez coincidir as sinapses existentes entre os neurônios com as barreiras de resistência a descarga total de (Q). Assim, a excitação em sua passagem de um neurônio para outro precisa vencer tal resistência presente nessas barreiras, o que se constitui como a hipótese da existência de *barreiras de contato*.

O que está em jogo aqui é a ideia de que o sistema nervoso recebe estímulos tanto externos (fonte exógena) como internos (fonte endógena), sendo que, para a satisfação desses últimos, não basta simplesmente a descarga, é necessário a realização de uma “*ação específica*”¹ para pôr fim ou diminuir a intensidade da estimulação. Para isso, o aparelho psíquico precisa de certa quantidade (Q) de energia de que foi investido, ou seja, ele tem que tolerar certo acúmulo de (Q) para esse fim. Como essa é uma tendência oposta ao citado “Princípio de inércia neuronal”, o sistema tende então a manter a cota de (Q) no nível mais baixo possível, evitando seu aumento, mas garantindo certo armazenamento de energia. Tal tendência é denominada de “*lei da constância*”², que só se torna possível graças a existência de barreiras de contatos entre os neurônios. Portanto, o que está sendo teorizado aqui é que os estímulos endógenos³ (posteriormente denominados de estímulos pulsionais) impõem ao aparelho psíquico uma *modificação em seu princípio de funcionamento*: do “princípio de inércia” ao “*princípio de constância*”. Em outras palavras, podemos dizer que, frente aos estímulos endógenos, faz-se necessário a *aprendizagem de meios para resolução da tensão*, uma vez que essa não se resolve mais pela simples descarga motora. Se o “princípio de inércia” é considerado como uma função primária da mente, o “princípio de constância” Freud considera tratar-se de uma função secundária imposta pelas “exigências da vida”. Enfim, conclui que todas as funções da mente podem ser compreendidas sob o aspecto dessas duas funções.

Gradativamente, no “Projeto”, vão se distinguindo duas formas das excitações se apresentarem no aparato psíquico: a (Q) *em fluxo*, passando de um neurônio para outro e tendendo para descarga, e a (Q) *estática*, isto é, um neurônio ocupado pela (Q). Em outros termos, trata-se de duas formas de investimento ou circulação da energia: livre e ligada, respectivamente, que determinarão a distinção entre processos mentais primário e secundário, que serão discutidos mais à frente. Chegamos aqui a uma diferenciação fundamental do “Projeto” para analisar o mecanismo do pensamento. Antes; porém, precisamos entender um pouco mais sobre esse aparato e seu complexo funcionamento.

Ao teorizar sobre a existência de barreiras de contato que impedem a descarga total da excitação e permitem seu armazenamento, Freud inclui em sua compreensão do aparato

¹ A ação específica é entendida como um processo que o sistema necessita aprender para a resolução da tensão interna. Num segundo sentido equivale a intervenção exterior.

² A lei da constância será mais tarde, em “Além do Princípio do Prazer”, denominada por Freud de “Princípio de Constância”.

³ Lembremos que no “Projeto” Freud ainda não tinha descoberto a sexualidade infantil. Assim, as excitações endógenas as quais se refere são a fome e a sexualidade adulta, que buscam a satisfação e, portanto, exigem uma ação específica.

psíquico, também, a capacidade de armazenar informações, isto é, de ter memória. É bem verdade que ele precisava incluir em seu modelo teórico o lugar imprescindível da memória. Isso é feito partindo da argumentação de que no processo de condução da excitação ocorre uma diferenciação no tecido nervoso que, a partir daí, se mantém permanentemente alterado. É tal alteração do tecido neuronal que, no “Projeto”, constitui a memória.

Já no início de sua argumentação, Freud declara que “uma teoria psicológica digna de consideração precisa fornecer uma explicação para a memória”, bem como para a “percepção” (FREUD, 1895, p.408). Porém, ele sinaliza a existência de uma incompatibilidade entre estas duas funções: memória e percepção. Enquanto a *memória* envolve uma estrutura que, após a passagem do estímulo, modifica-se retendo a informação, a *percepção* pressupõe uma estrutura que retorna a seu estado original após a passagem da excitação, mantendo-se livre para recepção de novos estímulos. Conseqüentemente haveria uma impossibilidade de pensar um mesmo sistema realizando duas funções contraditórias, o que o levou a presumir a existência de um sistema de neurônios perceptivos e outro, de neurônios portadores da memória.

Mas Freud não poderia apoiar sua hipótese nas diferenças anatômicas dos neurônios, uma vez que eles são estruturalmente iguais. Conclui, então, que o que os diferencia é a relação que mantêm entre si, que só é alterada após a passagem das excitações. É o processo de condução que cria a diferenciação em diversos sistemas psíquicos, dotando-os de características e funções diferentes. Em outras palavras, não existe um aparato pronto, dado biologicamente, que se põe a funcionar. É na medida em que funciona, recebendo e transformando as excitações, que o aparato se constitui.

É a partir dessa diferenciação, assim entendida, que Freud descreve a existência de três sistemas de neurônios: ϕ (phi), ψ (psi) e ω (ômega). Os dois primeiros sistemas funcionam numa base apenas *quantitativa*, isto é, são sistemas de neurônios que recebem os estímulos quantitativos de origem externa (o sistema ϕ) e as excitações de origem interna (o sistema ψ). Já o terceiro sistema (ômega ω) se relaciona com as diferenças *qualitativas* que distinguem as sensações conscientes.

O sistema ϕ (phi) é constituído por *neurônios permeáveis*, que apresentam uma resistência em suas barreiras de contato menor que a magnitude de (Q) da excitação. Portanto, deixam passar a excitação e, após a passagem, permanecem no mesmo estado anterior, isto é, sem sofrer alteração. Esses neurônios são condutores, mas não retentores de (Q) e são destinados à percepção.

O sistema ψ (*psi*) é constituído por *neurônios impermeáveis*, que apresentam uma resistência em suas barreiras de contato maior que a magnitude de (Q). Porém, sua impermeabilidade não é total: parte de (Q) fica retida nas barreiras de contato e parte é escoada. Ou seja, esses neurônios deixam passar (Q) parcialmente e, depois de cada passagem, ficam permanentemente alterados. Nas palavras de Freud “[...] essa alteração deve consistir em tornar as barreiras de contato mais capazes de condução, menos impermeáveis e, assim, mais semelhantes às do sistema ϕ ” (FREUD, 1895, p.409). Freud é levado a essa suposição ao partir do “conhecimento psicológico” de que a “recordação” envolve retomar um percurso que se encontra facilitado. Daí teorizar que a memória resulta da diminuição das resistências nas barreiras, tornando-as menos resistentes à passagem do próximo estímulo, ou seja, determinando certo grau de “*facilitação*”. Freud argumenta que, se todas as barreiras de contato de ψ estivessem igualmente facilitadas, as características da memória não emergiriam:

...se a facilitação fosse idêntica em todos os sentidos, não seria possível explicar porque motivo uma via teria preferência sobre outra. Por isso, pode-se dizer de maneira ainda mais correta que *a memória está representada pelas diferenças nas facilitações entre os neurônios ψ* (FREUD, 1895, p.410).

Em sua construção teórica, Freud não trabalha com a noção da memória tal como entendida pela psicologia. Não se trata de um receptáculo de representações e imagens da realidade, mas de um sistema de traços formado por estratificação sucessiva. Freud denomina de “*traço mnésico*” a forma como os acontecimentos ou os objetos da percepção são inscritos na memória, referindo menos à imagem da coisa em si e mais a um sinal coordenado com outros, estando todos ligados a diversas séries associativas.

De um modo geral, embora as recordações estejam inscritas de forma permanente, dependem de serem “investidas” para serem evocadas. O que podemos exemplificar com a concepção freudiana da amnésia infantil, que resulta do recalçamento e não de uma incapacidade funcional da criança para registrar as impressões. Logo, a representação embora esteja presente na memória do sujeito, encontra-se impedida de ter acesso à consciência.

Os “traços mnésicos”, no “Projeto”, são efeito de “facilitações ou trilhamentos” existentes entre os neurônios do sistema ψ .

De posse de dois conceitos desenvolvidos até aqui, a noção de “barreiras de contato” e da existência de “facilitações”, podemos entender que a excitação que circula no sistema

neurônico toma um caminho, ou outro, em função da *resistência* (barreiras de contato) ou da *facilitação* encontrada em seu percurso.

Até aqui estivemos falando do aparato psíquico em termos quantitativos. Fizemos referência a dois sistemas distintos de neurônios, o sistema ϕ e o sistema ψ . O primeiro tem como característica a permeabilidade, conduzindo a energia vinda da fonte exógena. O segundo, devido sua impermeabilidade, é capaz de armazenar a energia que recebe da fonte endógena e também a energia que recebe indiretamente de ϕ .

Freud aponta que os processos que ocorrem nos dois sistemas são *inconscientes* e questiona o lugar para o conteúdo da *consciência* e dos processos qualitativos. É na tentativa de responder tal indagação que Freud pressupõe a existência de um terceiro sistema de neurônios, o *sistema ω (ômega)*, responsável pela *percepção-consciência*. Esse sistema é excitado junto com a percepção e produz as diversas qualidades, ou seja, as sensações conscientes.

A consciência nos dá o que se convencionou chamar de *qualidades* – sensações que são *diferentes* numa ampla gama de variedades e cuja *diferença* se discerne conforme suas relações com o mundo externo. Nessa diferença existem séries, semelhanças, etc., mas, na realidade, ela não contém nada de quantitativo (FREUD, 1895, p. 419).

Freud parte da idéia de que “...a característica da qualidade (ou seja, a sensação consciente) só se manifesta quando as quantidades são tão excluídas quanto possível” (FREUD, 1895, p.420). Dessa constatação, podemos concluir que o sistema ω está exposto a excitações de baixa magnitude e, conseqüentemente, podemos pressupor sua possível impermeabilidade¹.

Mas essa é uma característica incompatível com a função do sistema ω que se comporta como órgão de percepção e, portanto, exige uma completa permeabilidade associada à capacidade de restauração do seu estado anterior (isto é, anterior à passagem do estímulo). Assim, devemos concluir que a permeabilidade do sistema ω não provém da intensidade da (Q) da excitação, uma vez que o sistema ω encontra-se exposto a baixas magnitudes de (Q). Frente a tal “dificuldade aparentemente intransponível”, Freud propõe uma revisão de sua hipótese fundamental sobre a passagem de (Q) que, até aqui, só tinha sido

¹ - Estamos partindo da idéia, já comentada, que a permeabilidade ou a impermeabilidade decorre da resistência nas “barreiras de contato” frente à quantidade (Q) de excitação.

considerado a transferência de (Q) de um neurônio para o outro, mantendo a concepção do aparato neurônico apenas quantitativo. Nesse momento, Freud introduz a dimensão temporal da passagem de (Q):

Assim, presumirei que toda a resistência das barreiras de contato se aplica somente à transferência de (Q), mas que o período de movimento neuronal é transmitido a todas as direções sem inibição, como se fosse um processo de indução (FREUD, 1895, p.421).

Acreditamos que seria esclarecedor acrescentar o comentário de Garcia-Roza a respeito do conceito freudiano de *período*:

Não é excessivo enfatizar que o conceito de período, embora seja referido a quantidades, não é um conceito propriamente quantitativo. Ele diz respeito não a uma quantidade determinada, grande ou pequena, mas a uma diferença entre essas quantidades, modificações do ritmo temporal das alterações quantitativas e não essas alterações consideradas em si mesmas. O período não diz respeito a uma grandeza absoluta, mas à mudança dessas grandezas num período de tempo. Numa analogia climática, seria o equivalente a reagirmos não a determinadas temperaturas, altas ou baixas, mas às variações de temperatura dentro de uma unidade de tempo, o que Freud chama de ‘ciclo temporal das alterações (GARCIA-ROZA, 1991, p.116).

De acordo com sua hipótese, Freud presume que, embora incapazes de receber (Q), os neurônios ω apropriam-se do *período de excitação*, “...e que nesse estado de serem afetados por um período enquanto são enchidas de um mínimo de (Q) constitui a base fundamental da consciência” (FREUD, 1895, p. 422).

A estreita ligação da consciência com a percepção leva Freud a reuni-las em um único sistema, o sistema ω . A consciência é entendida como a fase subjetiva dos processos perceptivos, incluindo aí tanto as percepções do mundo exterior, como as percepções das excitações internas que resultam nas *sensações de prazer e desprazer*.

No texto do “Projeto”, Freud identifica o desprazer com um aumento no nível de (Q) “... equivaleria à sensação ω quando há um aumento da (Q) em ψ ” (FREUD, 1895, p. 424). Ele associa o prazer à sensação de descarga, estabelecendo, assim, uma estreita relação entre a tendência da vida a evitar o desprazer e a “tendência à inércia”.

Essa associação direta entre a tensão do estímulo e as sensações de prazer e desprazer está sujeita a questionamentos, principalmente quando pensamos em situações em que o aumento da tensão pode ser vivido como prazeroso, como no exemplo da excitação sexual. É num momento posterior de sua teorização que Freud recorrerá novamente à idéia de *período* para dar conta dessa dificuldade:

O prazer e o desprazer, portanto, não podem ser referidos a um aumento ou diminuição de sua quantidade (que descrevemos como ‘tensão devida a estímulo’), embora obviamente muito tenham a ver com esse fator. Parece que eles dependem, não desse fator quantitativo, mas de alguma característica dele que só podemos descrever como qualitativa... Talvez seja o ritmo, a seqüência temporal de mudanças, elevações e quedas na quantidade de estímulo. Não sabemos (FREUD, 1924, p. 200).

Assim, será apenas no texto “*O Problema Econômico do Masoquismo*” (1924) que as sensações de prazer e desprazer (em ω) serão entendidas como resultando da recepção de “períodos de excitação”, ou seja, do fator qualitativo e não do fator quantitativo.

A partir das hipóteses desenvolvidas até aqui, Freud se propõe explicar o funcionamento do aparato neurônico constituído pelos sistemas ϕ, ψ e ω que recebem as estimulações vindas de fontes externas e internas e procuram descarregá-las.

As excitações provenientes da *fonte externa* atingem primeiramente os órgãos dos sentidos, que funcionam como telas protetoras do aparato neurônico. Esses órgãos sensoriais receptores fragmentam essas intensidades externas em pequenas frações de quantidades (Q) que, após essa mediação, atingem o sistema ϕ . Em ϕ , essas excitações são, em parte, descarregadas pela extremidade motora e, em parte, transferidas para o sistema ψ .

Esses estímulos que atingem ϕ possuem, além da quantidade, um caráter qualitativo, o *período* (que se tornará qualidade em ω). Tais processos se ramificam, dando lugar a processos descontínuos quanto ao período, de maneira que um estímulo que era intenso em ϕ se propaga não apenas por uma via, mas por várias, determinando diminuição de sua magnitude. Dessa forma, no interior do sistema ϕ , ocorre redução do estímulo quanto à quantidade, como também quanto ao período, determinando que o sistema ψ seja investido com (Qs), normalmente pequenas. A estimulação de caráter qualitativo originária de ϕ , passa

por ψ e chega a ω , onde produz a sensação consciente¹. A sensação consciente não persiste por muito tempo, bem como também não deixa lembranças.

O sistema ψ é, assim, estimulado por duas fontes: indiretamente recebe estímulo da fonte exógena via ϕ e, diretamente, recebe estímulo da fonte endógena. Devido a essa dupla fonte de estímulos, Freud divide o sistema ψ em dois grupos: os neurônios ψ *pallium*, que recebem os estímulos da fonte exógena via ϕ , e os neurônios ψ *nucleares*, que recebem as excitações endógenas.

Os estímulos endógenos são de natureza intercelular, portanto, de magnitude reduzida, o que os torna incapazes de isoladamente romperem as barreiras de contato dos neurônios em direção a ψ . Essa impermeabilidade só será vencida pela “somação” dos estímulos. É a acumulação das excitações que leva à formação de “*facilitações ou trilhamentos*” na trama dos neurônios, permitindo que parte das excitações chegue a ψ , onde se transformam em estímulos psíquicos. Freud se refere a essa mesma questão, embora em termos diferentes, ao abordar sobre os estímulos endógenos (fome, sede, pulsão sexual) no “Rascunho E” de 1894, enviado a Fliess,

Aqui podemos supor que a tensão endógena cresce contínua ou descontinuamente, mas, de qualquer modo, só é percebida quando atinge um determinado *limiar*. É somente acima desse limiar que a tensão passa a ter significação *psíquica*, que entra em contato com determinados grupos de idéias que, com isso, passam a buscar soluções (FREUD, 1894, p.273).

Essas excitações, que têm como fonte o próprio corpo e diferentemente das excitações externas não existe a possibilidade de evitá-las; Freud considerou como a *mola mestra do mecanismo psíquico* (FREUD, 1895, p. 428). São elas que, mais tarde, serão denominadas *fonte pulsional*.

¹ Freud parte da idéia que o sistema ψ encontra-se situado entre os sistemas ϕ e ω (1895).

2.2 A vivência de satisfação e a formação do “Eu”: a constituição do desejo e a possibilidade de pensar

Retomando o que foi dito, o aparelho psíquico, regulado pelo “princípio de inércia”, funciona para descarregar os estímulos que recebe. Porém, frente aos *estímulos endógenos*, não basta simplesmente a descarga motora, é necessário a realização de uma “ação específica” para dar fim ao estímulo, o que leva a uma modificação do princípio de funcionamento mental.

Pensemos no recém-nascido que chora e agita os braços como resposta motora à fome. Como o objetivo da descarga motora é o alívio da tensão, aqui esse objetivo não é alcançado. Não ocorre um alívio da tensão em ψ , uma vez que o estímulo persiste (a fome). Embora essa conduta adquira importância como uma função secundária, em termos de comunicação, ela é ineficaz quanto à eliminação da tensão. Como em seus primeiros tempos de existência, o organismo humano é incapaz de promover a “ação específica” que põe fim à tensão decorrente do acúmulo de (Q), torna-se indispensável o auxílio de outra pessoa para que a satisfação da necessidade ocorra. É a eliminação da tensão resultante dos estímulos internos e o prazer a ela associado que dá lugar à “*vivência de satisfação*”.

O valor da “vivência de satisfação” é dado pelo estado de *desamparo* em que se encontra inicialmente o organismo humano que passa, a partir desse momento, a associar a satisfação vivida com a imagem do objeto que proporcionou a satisfação, bem como também com a imagem do movimento que permitiu a descarga. Em decorrência dessa associação que é estabelecida, frente a um novo estado de necessidade (a fome), desencadeará em ψ um impulso psíquico que procurará reinvestir a *imagem-lembrança* do objeto de satisfação com o fim de reproduzir a satisfação original. Mas o que é reativado é o traço mnêmico da imagem do objeto, ou seja, uma *alucinação*. Como o recém-nascido não é capaz de distinguir entre o objeto real e o objeto alucinado, reage ao estado de desejo investindo nas imagens-lembranças e a consequência é a frustração, uma vez que reage a um objeto alucinado como se fosse real. Para impedir o desprazer de tal situação, uma formação do sistema ψ se diferencia e passa a desempenhar tal distinção. Essa formação é o “*Eu*”, que possibilitará a distinção entre uma alucinação e uma percepção, impedindo que o reinvestimento da imagem do objeto satisfatório seja intenso e, portanto, frustrante.

O que acontece em relação à “vivência de satisfação” se dá também em relação à experiência da dor. Se uma imagem mnêmica de um objeto hostil que determinou uma

experiência de dor for reinvestida, desencadeará um estado de desprazer associado à tendência a descarga. Para Freud, esses dois tipos de experiências, de satisfação e de dor, envolvem um aumento da tensão (Q) em ψ e deixam “resíduos” que são os “estados de desejo” e os “afetos”¹. Tais estados determinarão dois mecanismos básicos para o funcionamento do aparelho psíquico: 1) a *atração de desejo primária*; e 2) a *defesa primária ou recalque*. O estado de desejo resulta de uma atração positiva pelo objeto desejado, ou melhor, por sua imagem mnêmica. Já o “estado de apreensão”, decorrente da vivência da dor, leva à repulsa, uma aversão por manter investida a imagem mnêmica do objeto hostil. Tanto o “estado de apreensão” como os desejos aparecem no “Projeto” com o sentido muito próximo a “soma de excitação” e, portanto, resultam em desprazer.

Para Freud, a hipótese da “atração de desejo” e da “defesa ou recalque” já sugere que uma organização se formou em ψ , sendo capaz de intervir nas passagens das excitações que inicialmente foram acompanhadas de satisfação ou de dor. Como vimos, essa formação é o Eu que é descrito, no “Projeto”, como uma “*organização*” de neurônios ψ constantemente investidos ou ligados (organização de representações), capaz de influir sobre os outros neurônios que apresentam investimentos variáveis. Dessa forma, o Eu pode influenciar tanto na *repetição* quanto na *inibição* das experiências de satisfação e de dor.

Para que o Eu possa inibir o reinvestimento da imagem mnêmica hostil, que leva ao desprazer, ou o reinvestimento da imagem mnêmica da satisfação, quando da ausência do objeto real, é necessário que ele possa distinguir entre *representação-percepção* (percepção) e *representação-lembrança* (lembrança). Porém, o Eu e a percepção pertencem a sistemas distintos. O Eu pertence ao sistema ψ , e as percepções, ao sistema ω . Surge a questão de como o Eu exerce tal distinção, uma vez que ele não tem acesso direto à percepção. Trata-se aqui da discussão de como o aparelho decide se uma coisa é real ou não.

Freud irá teorizar que é o sistema ω que fornece esta indicação: a indicação de realidade. No caso de uma percepção externa (representação-percepção), ocorrerá em ω uma excitação qualitativa, que conduz a uma descarga no próprio sistema (ω) e, por meio dele, chega a informação em ψ . “*Desse modo, a informação da descarga proveniente de ω constitui a indicação da qualidade ou da realidade para ψ* ” (FREUD, 1895, p. 440). Esta é a principal função do sistema ω : fornecer ao sistema ψ signos de realidade. Entretanto, para que a indicação de realidade chegue ao sistema ψ , faz-se necessário a intervenção de uma

¹ O termo “afeto” aqui propicia certa confusão, primeiro por subentender que se refere apenas às situações de desprazer, e segundo porque, como vimos, ele é usado por Freud para designar a intensidade da energia. Convém referirmos a um “estado de apreensão” em oposição ao “estado de desejo”, como sugerido por Wollheim (1971).

importante função do Eu: a “*atenção psíquica*”. Essa função se trata de um mecanismo que induz o Eu a investir na percepção, regulando, dessa forma, os deslocamentos dos investimentos do Eu.

Contudo, um objeto altamente investido, a ponto de ser ativado de maneira alucinatória, também produz a mesma *indicação de realidade* que um objeto da percepção externa. O que equivale dizer que é a intensidade do investimento de desejo que produz a indicação de realidade na ausência do objeto real. A tese que Freud desenvolve é que, para não se produzir tal indicação de realidade, é necessário que o investimento no objeto sofra certa inibição pelo Eu. Em outros termos, a distinção entre percepção e lembrança seria impossível, caso não houvesse inibição por parte do Eu, uma vez que as intensidades dos investimentos seriam semelhantes. Freud conclui que, se a indicação de realidade for proveniente do exterior (de ω), o Eu permitirá o início da descarga, independentemente da intensidade do investimento; mas, se for proveniente do sistema ψ , só ocorrerá a descarga se a intensidade do investimento for elevada.

É, por conseguinte, *a inibição pelo ego que possibilita um critério de diferenciação entre a percepção e a lembrança*. A experiência biológica ensinará, então, a não iniciar a descarga antes da chegada da *indicação da realidade* e, tendo essa finalidade em vista, a não levar a catexia das lembranças desejadas além de certa quantidade (FREUD, 1895, p. 441).

Do que foi dito, podemos concluir que não se trata, nesse momento, da existência de um dispositivo do sistema ψ que opera uma discriminação entre o que é percepção e o que é alucinação. A distinção não se dá porque o Eu tenha um acesso privilegiado à realidade, com o qual ele possa comparar as representações (percepção e lembrança), mas porque o Eu é capaz de inibir a intensidade do investimento de desejo ou de desprazer. *Assim o processo de inibição por parte do eu é explicado em termos puramente energéticos, de acordo com o princípio que rege o “Projeto”. É esse processo inibitório que dá origem à atividade secundária do pensamento e com ela a possibilidade de julgamento, que decidirá sobre a realidade ou a fantasia das percepções¹.*

¹ É no texto de 1911, *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*, que Freud introduz o conceito de “prova de realidade”. Tema que será retomado e discutido de maneira sistemática por Freud em *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos* (1917).

Assim, para que a “indicação de realidade” se converta num sinal seguro para o aparato, é necessário que exista um Eu capaz de exercer a *inibição* sobre alguns processos psíquicos. Isto é, sobre aqueles processos psíquicos que tendem à descarga imediata da excitação em busca da satisfação. A tais processos que conduzem ao reinvestimento nas representações ligadas à vivência de satisfação (alucinação primitiva) ou ao reinvestimento nas representações desprazerosas (que pode levar a uma completa produção de desprazer) Freud denomina de *processo primário*. Nele, a energia encontra-se livre (no sentido móvel), tendendo para a descarga de forma direta e completa, de acordo com o princípio de inércia. São sobre tais processos que o Eu atua inibindo e controlando sua descarga e dando lugar aos *processos secundários*. Nesses últimos, a energia escoia para a descarga de forma controlada, os investimentos são mais estáveis e a satisfação pode ser adiada. Freud denomina essa forma de energia “energia ligada”, o que, nos termos da teoria do “Projeto”, equivale à noção de uma energia represada nos neurônios. Freud teoriza que o *pensamento* se constitui num exemplo privilegiado de funcionamento mental em que a energia encontra-se ligada.

Assim é a *inibição por parte do Eu exercida sobre os processos primários que dá lugar aos processos secundários*. “Ver-se-á que a precondição necessária destes últimos é a utilização correta das indicações da realidade, que só se torna possível quando existe inibição por parte do ego¹” (FREUD, 1895, p. 442).

Em outros termos, só um investimento moderado do objeto desejado permite reconhecê-lo como uma representação-lembrança, isto é, não real.

A formulação da ação inibitória por parte do Eu nos remete a duas formas de funcionamento do aparelho psíquico, o processo primário e o secundário, resultantes de dois modos de circulação da energia: livre e ligada. Essa formulação se constitui na primeira expressão teórica sobre o funcionamento dos processos inconscientes.

Lembremos que no “Projeto”, os sistemas ψ e ϕ referem-se a processos inconscientes, e o sistema ω , a processos conscientes. Portanto, quando falamos de processos primário e secundário, que ocorrem em ψ , estamos nos referindo, nos dois casos, a processos inconscientes. Mas devemos considerar que, nesse texto de 1895, Freud ainda não havia formulado sua teoria do inconsciente como sistema. É no texto “A Interpretação dos Sonhos” (1900) que Freud teoriza que o processo primário corresponde a uma forma de funcionamento que caracteriza o sistema inconsciente (Ics.), e o processo secundário corresponde a uma forma de funcionamento característica do sistema pré-consciente-consciente (Pcs.-Cs.).

¹ Na tradução da Edição Standard consta “ego” no lugar de “eu”.

É partindo do discernimento entre lembrança e percepção que Freud formula sua *teoria do pensamento*. Ele inicia seu trabalho relembrando que no processo de desejar, será a inibição do investimento por parte do Eu que permitirá tal diferenciação. O autor amplia sua teoria assinalando que a lembrança e a percepção podem estar presentes simultaneamente, isto é, alucina-se na presença do objeto de satisfação (percepção). Caso a percepção coincida inteiramente com a lembrança, virá do sistema ω a indicação de realidade, confirmando tal identidade e, conseqüentemente, a descarga terá início. Porém, se a percepção e a lembrança coincidirem apenas em parte, haverá uma suspensão da descarga por parte do Eu, isto é, uma inibição do investimento na representação de desejo, iniciando o *processo de pensar* (pensar discernidor ou judicativo), que tem por objetivo o reconhecimento do objeto perceptivo.

Assim, *julgar* é um processo ψ que só se torna possível graças à inibição pelo ego e que é evocado pela dessemelhança entre a *catexia de desejo* de uma lembrança e a *catexia perceptual* que lhe seja semelhante. Daí se deduz que a coincidência entre essas duas catexias se converte num sinal biológico para pôr fim à atividade do pensamento e permitir que se inicie a descarga. Quando as duas catexias não coincidem, surge o ímpeto para a atividade do pensamento, que voltará a ser interrompida pela coincidência entre ambas (FREUD, 1895, p. 444).

É a existência da “diferença” entre a representação de desejo e a percepção da realidade, ou melhor, entre o que foi “inscrito” nos sistemas mnésicos e o que é “encontrado” na realidade que abre espaço para o processo de pensar. Ou, em outros termos, é porque o objeto da percepção não recobre totalmente o objeto da lembrança que o pensamento se põe em marcha. Freud denomina de “juízo” a análise das “partes discrepantes” do complexo percepção-memória. Sendo o juízo “um método para ir da situação perceptiva dada na realidade à situação que é desejada” (FREUD, 1895, p. 449).

Mais especificamente, Freud teoriza que a diferença entre percepção e lembrança pode dar lugar a duas formas de pensamento. O *juízo* ou *pensamento cognitivo* seria uma primeira forma, em que a corrente de pensamentos se dirige para o reconhecimento do objeto externo, ou seja, é esse último que se constitui no alvo de investimento do Eu. E uma segunda forma de pensamento seria o *pensamento reprodutivo* ou *memória*. Nesse caso, a corrente de pensamentos se dirige para as “lembranças despertadas” pela percepção, colocando em ação a atividade mnêmica, isto é, a *recordação*.

Contentemo-nos, pois, em deixar bem estabelecido que é o interesse primitivo em estabelecer a situação de satisfação que leva, num caso, à *consideração reprodutiva* e, no outro, ao *juízo*, como um método para ir da situação perceptiva dada na realidade à situação que é desejada. Para tanto, o requisito indispensável continua sendo o de que os processos Ψ não sigam seu curso sem serem inibidos, e sim em conjunto com um ego ativo (FREUD, 1895, p.449).

“[...] O objetivo e o fim de todos os processos de pensamento é o estabelecimento de um *estado de identidade* [...]” (FREUD, 1895, p.449). Com essa frase, Freud menciona no texto do “Projeto”, a presença no psiquismo de um impulso que busca o idêntico. Esse conceito é desenvolvido no texto “A Interpretação dos Sonhos” (1900) através dos termos “*identidade perceptiva*” e “*identidade de pensamento*”, que remetem à construção teórica sobre a vivência de satisfação. Dessa forma, Freud especifica aquilo para que tendem o processo primário e o processo secundário. O primeiro processo visa uma “*identidade de percepção*” com o objeto da satisfação, o que, até aqui, vínhamos tratando como a tendência a investir na representação-lembrança. Assim, a alucinação primitiva é o caminho mais imediato para se encontrar a identidade perceptiva. O segundo processo visa à “*identidade de pensamento*”, isto é, busca investir nos pensamentos entre si e suas associações, o que denominamos, até aqui, investimento na representação-percepção. Convém lembrar que é o investimento na “*parte discrepante*” da representação-percepção, isto é, naquilo que tais representações diferem do objeto de desejo, que permite o início da atividade do julgamento. Mas, o objetivo último de todo processo é a identidade com o objeto de desejo, ou seja, uma satisfação que tem como modelo a alucinação primitiva. A dimensão desse “*princípio de identidade*” pode ser demonstrada nas palavras de Didier Anzieu em sua obra “O Pensar”,

A escolha narcísica do objeto amoroso almeja um parceiro o mais parecido possível consigo. A escolha anaclítica visa um parceiro o mais parecido possível com um dos pais. O desejo visa um objeto idêntico àquele que trouxe a primeira satisfação. O princípio de inércia (que é um caso particular do princípio de identidade) leva a retificar o enunciado precedente no sentido de uma maior generalidade: é o primeiro contato com o objeto que tende a ser buscado, seja este contato satisfatório (daí a neurose) ou doloroso (daí os estados-limite e a psicose). O essencial é encontrar o tipo de contato experimentado. A busca do idêntico pode visar o mesmo (o idêntico absoluto) ou apenas o semelhante (o idêntico relativo) (ANZIEU, 2002, p.89).

Pelas palavras do autor, podemos relacionar a busca do “idêntico absoluto” com a procura por uma identidade de percepção e a busca do “idêntico relativo” com a procura por uma identidade de pensamento. Mas, as duas formas de pensamento, subjacentes às escolhas, encontram-se marcadas pelo desejo. É precisamente nesses termos que Freud define o “*desejo*” no texto “A Interpretação dos Sonhos”. O desejo se refere a uma “*moção psíquica*” que, partindo do desprazer, busca o prazer reinvestindo na imagem mnêmica da satisfação original. A busca da satisfação pela via alucinatória se constitui na primeira forma de atividade psíquica. São as “*exigências da vida*” que transformam “*essa atividade primitiva de pensamento numa atividade secundária mais conveniente*” (FREUD, 1900a, p. 516). Assim, a atividade secundária, ao abandonar a satisfação imediata, passou a buscar o estabelecimento de uma “*identidade de pensamento*” com aquela vivência.

O pensar, como um todo, não passa de um via indireta que vai da lembrança de uma satisfação (lembrança esta adotada como uma representação-meta) até uma catexia idêntica da mesma lembrança, que se espera atingir mais uma vez por intermédio das experiências motoras. O pensar tem que se interessar pelas vias de ligação entre as representações sem se deixar extraviar pelas *intensidades* dessas representações (FREUD, 1900, p.547)¹.

Se propondo a entender o processo de transformação de um pensamento numa representação em imagens, tal como acontece nos sonhos alucinatórios, Freud desenvolve um novo esquema explicativo do funcionamento mental. Esse esquema é desenvolvido no texto “A Interpretação dos Sonhos” e apresenta algumas alterações em relação ao modelo proposto no “Projeto”. Podemos dizer que, a grande inovação desse último modelo, é a divisão do psiquismo em instâncias ou sistemas: o inconsciente, o pré-consciente e o consciente. Tais sistemas se encontram dispostos numa determinada seqüência “temporal” e apresentam diferentes modos de funcionamento.

Freud retoma o modelo dos processos reflexos aplicados às funções mentais para pensar o mecanismo de funcionamento do aparelho. Assim, concebe a existência de um sistema na extremidade sensorial do aparelho que recebe as percepções, mas não é capaz de retê-las; e a existência de outro sistema na extremidade motora que tem a função de

¹ O termo “investimento” tem sido usado nesse trabalho no lugar de “catexia”.

descarregá-las. Os processos psíquicos são entendidos como transcorrendo de uma extremidade à outra.

Uma nova diferenciação introduzida na teoria, a partir desse modelo, é a noção da existência de um segundo sistema situado logo após o sistema perceptivo (Pcpt.), capaz de reter os traços de percepção que incidem nesse último sistema. Em outros termos, enquanto o primeiro sistema tem uma função receptiva o segundo tem como função reter a informação, isto é, memorizá-la. Nas palavras de Freud, o sistema mnêmico “transforma as excitações momentâneas do primeiro em traços permanentes” (FREUD, 1900, p. 493), isto é, em memória.

De acordo com o modelo aqui descrito o sistema mnêmico é formado por diversos elementos, de maneira que uma única excitação perceptiva pode ser fixada em vários registros. O material perceptivo, ou melhor, sua representação mnêmica é assim disposta em cada registro mnêmico de acordo com sua ocorrência, de maneira que no primeiro registro se encontram as associações por *simultaneidade temporal*. Os outros registros seguem dispostos no sistema mnêmico em função de “outros tipos de coincidências”, como por exemplo as associações por similaridade. Decorre dessa compreensão que não são apenas os conteúdos das percepções que são conservados no sistema mnêmico, mas também suas associações.

Dada a importância da noção de *associação* para a teoria freudiana do pensamento convém abriremos um parêntese visando conceituá-la. Em termos gerais, a associação se refere a qualquer ligação entre dois elementos psíquicos. Porém, Freud vai além dessa concepção presente na doutrina associacionista de sua época. Para ele a maneira como as associações se encadeiam no discurso do sujeito se refere à forma desse se situar na organização complexa da memória. Essa é comparada a um sistema de arquivos onde as recordações são ordenadas segundo diferentes modos de classificação, que como vimos podem estar dispostos em uma ordem por simultaneidade, por similaridade, etc.

Por outro lado, alguns grupos de representações podem se encontrar clivadas do curso associativo, constituindo grupos psíquicos separados, isto é, inconscientes. Dessa forma, podemos distinguir entre as representações inscritas no sistema pré-consciente daquelas representações inscritas no inconscientes. Acrescentamos ainda que uma representação após ser inscrita se mantém permanente, porém só pode ser lembrada quando for reinvestida.

Reproduziremos abaixo (Fig. 2) o esquema de funcionamento do aparato psíquico¹ tal como formulado no texto “A Interpretação dos Sonhos” (1900) e descrito até aqui, o que nos

¹ Os símbolos representados no esquema se referem: “Pcpt.” ao sistema perceptivo, “Mnem.” ao sistema mnêmico, “Ucs.” ao sistema inconsciente (Ics.) e “Pcs.” ao sistema pré-consciente.

permite visualizar o modelo explicativo do funcionamento da memória, que consiste na inscrição de traços mnêmicos inconscientes entre o sistema perceptivo e o sistema pré-consciente.

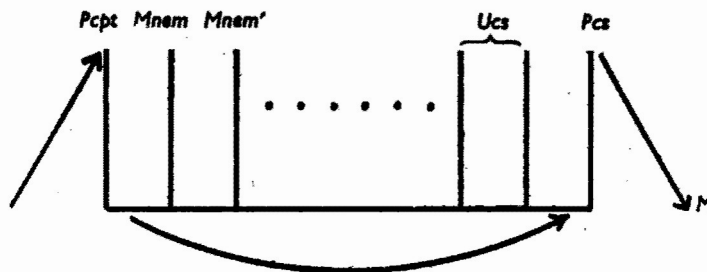


Ilustração II – Quadro esquemático do funcionamento do aparelho psíquico.
Fonte: Freud (1900a, p. 495)

Freud localiza o estímulo “propulsor” da formação dos sonhos no Ics. que, como todas as demais estruturas de pensamento, busca avançar pelo sistema Pcs. com o fim de chegar à consciência. Mas, no sonho alucinatório, a excitação se move no sentido oposto ao descrito. No lugar de se propagar rumo à extremidade motora do aparato, a excitação toma o sentido sensorial e finalmente atinge o sistema perceptivo. Enquanto nas atividades de pensamento da vida de vigília as associações tomam um sentido “progressivo”, nos sonhos alucinatórios podemos considerar o sentido tomado como “regressivo”. Freud conclui daí que, no processo de “*rememoração*”, característica do nosso pensamento normal, ocorre um processo regressivo semelhante ao que ocorre no sonho.

A rememoração deliberada e outros processos constitutivos de nosso pensamento normal envolvem um movimento retrocedente do aparelho psíquico, retornando de um ato complexo de representação para a matéria-prima dos traços subjacentes. No estado de vigília, contudo, esse movimento retrocedente nunca se estende além das imagens mnêmicas; não consegue produzir uma revivescência alucinatória das imagens *perceptivas* (FREUD, 1900, p.497).

Se o lugar do sistema Consciente (Cs.) não é representado nesse modelo metafórico, Freud ocupa-se dele no final do texto de 1900. A consciência é concebida como o lugar do psiquismo que recebe as informações do mundo externo como também as informações internas, percebidas sob a forma de prazer e desprazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos afirmando que Freud não escreveu um texto específico que tratasse sobre a origem e o desenvolvimento das funções cognitivas. Afirmamos também que, contudo, não podemos dizer que ele tenha se furtado a essa discussão, uma vez que construiu uma teoria que objetiva dar conta do funcionamento do psiquismo. Como conceber uma teorização com tal objetivo que, acaso, desconsiderasse os diversos processos psíquicos e entre eles a função cognitiva?

Sem dúvida, as questões da inteligência e da aquisição do conhecimento não foram relegadas a um segundo plano pelo criador da psicanálise, como é entendido pelo senso comum. As diversas funções; às quais a psicologia reserva denominações específicas como inteligência, cognição, conhecimento e outras; foram reunidas numa mesma noção: a dos *processos de pensamento*. Foi se referindo a esses processos que Freud abordou o tema das funções cognitivas em inúmeros momentos de sua obra. Ao se ocupar dos “processos de pensamento”, ele procurou entender como o sujeito pensa e como organiza as estruturas que permitem essa função. Por essa via, Freud identificou o lugar das funções da consciência, da memória, da atenção, do julgamento, da percepção e da associação.

Podemos dizer que o “fato inédito” da construção teórica desenvolvida por Freud se deve ao “princípio” do qual ele parte, e que permeia suas elaborações: a não identificação do psiquismo com a consciência. Esse pressuposto básico lhe permitiu conceber um modelo de aparelho em que as “funções mentais superiores” derivam de funções primárias inconscientes. Dessa forma, a cognição deixa de ser pensada como um processo exclusivamente racional e de domínio apenas da consciência. Ao teorizar que, para o pensamento se tornar consciente, se faz necessário a intervenção de uma função do Eu, a atenção psíquica, Freud evidencia a sua idéia da *consciência como algo fugaz*: algo que é consciente num momento pode deixar de sê-lo no momento seguinte. É a direção dada pela atenção, e pelos investimentos de energia, que favorece a representação pré-consciente, inscrita na memória, se tornar consciente.

Podemos entender que a originalidade do pensamento freudiano se radicaliza em uma “marca” que o caracteriza e, portanto, o diferencia das concepções teóricas de seu tempo. Para a filosofia da época de Freud, o psiquismo equivale à consciência, sendo essa a faculdade que permite ao homem apreender tanto o mundo externo quanto o que passa consigo mesmo. Os comportamentos humanos são entendidos como regidos pela consciência que é identificada

com a razão. Embora o termo “inconsciente” fosse usado pela psicologia anterior a Freud, para se referir aos conteúdos não presentes na consciência, seu sentido se limitava a esse aspecto descritivo. Ora, o que Freud propõe se distancia em muito dessa concepção, uma vez que faz dos processos psíquicos como um todo derivarem dos processos primários inconscientes.

A teoria freudiana, assim, preserva apenas uma parte dos fenômenos psíquicos à consciência, o que equivale dizer que ela perde o direito de um domínio pleno sobre o pensamento, como entendido pela racionalidade de uma época. Podemos dizer que para Freud, mesmo os pensamentos mais elaborados, como por exemplo, o pensamento científico, não estão sob o domínio completo do sujeito.

Concluimos que, nos aspectos aqui trabalhados, a concepção freudiana do pensamento se distancia, em muito, da concepção psicológica, quando essa propõe a compreensão do fator “afetivo ou emocional” na base da disfunção cognitiva. Visão que resulta na proposta de uma terapêutica que visa eliminar o que se encontra em “desarmonia”.

Para Freud todos os pensamentos são “afetados” pelas representações inconscientes, o que caracteriza um fato constitutivo e não contingente. É porque o pensamento é afetado que o sujeito deseja pensar. Assim, o encontro do sujeito com os objetos da realidade sempre será marcado pelo desejo que orientará os rumos da inteligência.

REFERÊNCIAS

CORTEZ, Maria Cecília. **A adolescência como ponto de fuga**: uma introdução ao conceito de puberdade na obra de Freud. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

FREUD, Sigmund. **A interpretação das afasias** (1891). Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987.

_____. **Extratos dos documentos dirigidos a Fliess** (1950a [1892-1899]), in *ESB*, vol. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. **Projeto para uma psicologia científica** (1950a [1895]), in *ESB*, vol. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____ e BREUER, Josef. **Estudos sobre a histeria** (1893a-1895d), in *ESB*, vol. II. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. **Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência** (1893 h), in *ESB*, vol. III. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. **As neuropsicoses de defesa** (1894a), in *ESB*, vol. III. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. **A Interpretação dos sonhos** (1900a), in *ESB*, vol. V. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____ **Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (1905d), in *ESB*, vol. VII. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____ **Artigos sobre metapsicologia: Os instintos e suas vicissitudes** (1915c), in *ESB*, vol. XIV. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

FREUD, Sigmund. **Artigos sobre metapsicologia: Repressão** (1915d), in *ESB*, vol. XIV. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____ **Artigos sobre metapsicologia: O inconsciente** (1915e), in *ESB*, vol. XIV. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____ **Além do Princípio do Prazer** (1915g), in *ESB*, vol. XIV. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____ **O Problema econômico do Masoquismo** (1924c), in *ESB*, vol. XIV. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____ **Um estudo autobiográfico** (1925d), in *ESB*, vol. XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____ **Esboço de psicanálise** (1940a [1938]), in *ESB*, vol. XXIII. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o Inconsciente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____ **Introdução à metapsicologia freudiana**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

KUPFER, Maria Cristina Machado. **Afetividade e Cognição: uma dicotomia em discussão.** In: Afetividade na Escola: alternativas teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B. **Vocabulário de psicanálise.** 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

VOLTOLINI, Rinaldo. **Pensar é desejar.** In: Revista Educação Especial: Biblioteca do Professor. Nº 1. São Paulo: Segmento, 2006.

WOLLHEIM, Richard. **As idéias de Freud.** São Paulo: Cultrix, 1971.